

Revista de Guimarães

Publicação da Sociedade Martins Sarmento

UMA SESSÃO ACADÉMICA EM GUIMARÃES, EM 1776.

BARREIROS, José Baptista

Ano: 1954 | Número: 64

Como citar este documento:

BARREIROS, José Baptista, Uma Sessão Académica em Guimarães, em 1776. *Revista de Guimarães*, 64 (3-4) Jul.-Dez. 1954, p. 298-355.

Casa de Sarmiento
Centro de Estudos do Património
Universidade do Minho

Largo Martins Sarmento, 51
4800-432 Guimarães
E-mail: geral@csarmiento.uminho.pt
URL: www.csarmiento.uminho.pt



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons
Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.
<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>

Uma Sessão Académica em Guimarães, em 1776

PELO CORONEL JOSÉ BAPTISTA BARREIROS

INTRODUÇÃO

A Akademos

Existiu outrora, na Grécia Antiga, um lugar edénico situado num arrabalde da cidade de Atenas de que, segundo a tradição, era dono aquele habitante da Ática que denunciou aos Dióscuros, quando perseguiram Teseu, raptor de Helena, o local secreto onde sua irmã permanecia sequestrada. Chamava-se o grego Akademos e ao vasto e ameno jardim a que deu, ou tomou, o seu nome, se tinha acesso pela porta Dípila. Cimon, filho de Milcíades, preclaro fundador de Anfípolis ⁽¹⁾, cuja vida pública principiou por expiar na prisão a multa de 50 talentos que seu pai, acusado injustamente de traição à Pátria, não pudera pagar, muito se afeiçoou àquele lugar, situado a uns dois quilómetros a noroeste de Atenas, e o ornou com frescas fontes, aprasíveis bosques e belas alamedas. Ficaram famosos os seus brancos e umbrosos plátanos. Ali, a água jorrava em abundância de fontes e cascatas, dando ao local inegalável frescura, porque o vencedor dos Tásios e restaurador da fortaleza de Atenas quis também dotar a *Akademos* dum canal que conduzia a pura linfa a suas fontes e cascatas. Crê-se que Akademos doou a sua

(1) A fundação de Anfípolis é também atribuída a Hagnon.

propriedade ao povo ateniense; aquele terreno era sagrado por ter sido consagrado a Palas Atenea, cujo elegante altar lá se erguia, rodeado das 12 oliveiras sagradas, uma das quais a primeira criada pela deusa, com os de Eros, o deus do amor, Prometeu, Héracles, Hermes e Hefaestos.

Tiveram os antigos o mais profundo respeito por este bairro de Atenas; pouparam-no os lacedemónios, ainda que inimigos dos Atenienses, por sua larga fama, quando da desastrosa guerra do Peloponeso; porém, o romano Cornélio Sila o profanou e arruinou.

A um lado e outro da estrada que da porta Dípila conduzia à *Akademós*, os atenienses podiam rememorar alguns dos factos mais gloriosos, ou mais agitados, da sua vida pública, porque ali se erigiram, entre muitos outros que ornaram suas margens, os túmulos de Trasíbulo, filho de Lico, o que libertou a Pátria da opressão dos 30 Tiranos e de quem um historiador antigo disse que nenhum outro cidadão lhe devia ser anteposto, considerando-o o primeiro entre todos os atenienses; de Cábricas, o rival de Agesilau, a quem a Pátria agradecida ergueu uma estátua; de Formion, que favoreceu a preponderância marítima de Atenas; de Péricles, o mais notável político ateniense e que deu o nome ao seu século. Como os gregos ali, também os romanos ladearam a célebre via Ápia, que, construída pelo censor que lhe deu o nome, marcou o fim da conquista romana da Campânia e ligava Roma a Cápuia, com as tumbas dos seus notáveis.

Foi um tal lugar de delícias e felicidade que Platão escolheu para nele ensinar Filosofia, depois da sua grande viagem ao Egito, onde conheceu o geómetra Teodoro, à grande Grécia, onde contactou com os pitagóricos, e à Sicília, onde visitou o Tirano Dionísio, o Antigo, tão ilustrado quanto poderoso senhor de Siracusa, a cidade onde, com o seu sucessor, Dionísio, o Moço, suas ideias filosóficas tiveram a maior aplicação e se tornou amigo de Dion.

Estava-se no grande século da filosofia grega, o século de Atenas, aquela era em que, com Sócrates e Platão, Demócrito e Aristóteles, a Filosofia, segura

de si própria e dos seus métodos, atingindo um momento de apogeu, pretendeu apoiar na Razão o seu direito a ser universal condutora dos homens ⁽¹⁾.

Junto da *Akados* e nas proximidades da aldeia de Colona, é crença que Platão, o divino, cuja influência sobre o povo ateniense foi tão intensa quanto notável e através de quem o ingloriamente sacrificado Sócrates continuou a viver, tornando-se imortal ⁽²⁾, comprou um terreno onde erigiu um Ginásio e um Santuário às Musas, cuja festa anualmente celebrava, e ulteriormente Spensipo erigiu altares às três Graças.

Depois de Platão, outros ali ensinaram, continuando sua obra e doutrina, como seu sobrinho Spensipo, Xenócrates, da Calcedónia, Polemon, Crates e Cantor, até ao inovador Arcesilau, de Pitânia, que dirigiu a escola desde o ano 268 ao 241 e marca a época da segunda ou *Nova Academia*, a do século III a. C., o homem que, morrendo aos 75 anos, desembarcara na Grécia ainda jovem e, ao entrar em contacto com Crates e Polemon, confessou parecer-lhe ter encontrado «Seres divinos, o resto da antiga humanidade feita duma raça áurea»; e, seguindo Sócrates, repetia — «a única coisa que sei é que não sei nada» ⁽³⁾.

Depois de Arcesilau e seus contemporâneos e sequazes, a *Akados*, ou melhor a *Nova Academia*, entrou num período de obscuridade, diremos mesmo, de decadência, dirigida pelo *Colégio dos Antigos*, até que, no século II a. C., surgem Carnéades de Cirene e o seu coevo, colaborador e continuador Clitômaco, de Cartago. Sob a direcção de Carnéades, desde pelo menos o ano 156 até ao da sua morte, em 129, a Academia toma novo rumo e se inicia a *Terceira Academia*, designação mais comum, então, da *Nova Academia*, de que era a continuação. A sua linguagem era nova e distinto o seu *probabilismo* das cortantes *negativas* de Arcesilau,

(1) Emílio Bréhier, *Hist. de la Philosophie*, I-88.

(2) *La Grèce et l' Hellenisation du Monde Antique*, por Cohen e Charlety, págs. 279 e 335.

(3) Bréhier, *op. cit.*, 379 e 380.

O filósofo, da *Terceira Academia* teve uma influência notável sobre Sexto Empírico e o ilustre Cícero, revelada nos tratados intitulados *Primeiros e Segundos Académicos* ⁽¹⁾. É no século II que o Platonismo suplanta o Estoicismo. O insigne Cícero, filósofo, político e o mais notável orador romano, tão notável que é considerado superior ao grego Demóstenes na fogosidade da eloquência política, quis também consagrar pela Filosofia a graça e sedução do seu imenso génio, o poder da sua dialéctica e a elegância do seu aprimorado estilo, tão largamente revelados pelo seu poder oratório, fundando, também, uma *Academia* nos subúrbios de Pouzzolo, onde escreveu os excelentes tratados *Da República* e *Da Natureza dos Deuses*. Como Platão na *Akademmos*, ali recebia os seus amigos e discípulos, discutindo e ensinando, ele, romano helenizado, sob a influência poderosa da *Nova Academia* platónica.

Em Platão e na *Akademmos* houveram, pois, sua origem o vocábulo *Academia* e os estabelecimentos denominados *Academias*, que tão profunda e vasta influência tiveram na vida intelectual dos povos.

Academias

A queda do Mundo Antigo, consequência das invasões dos Bárbaros, trouxe, com a longa noite medieval, o demorado eclipse de tão brilhantes civilizações. Foi com o Renascimento que a evolutiva Humanidade tomou de novo contacto com elas, com a sua cultura, com os seus métodos. E, então, ressurgiu com o conhecimento, talvez melhor, com a descoberta, das antigas Academias e das suas brilhantes actividades, o desejo veemente de as imitar no domínio, principalmente, das Letras, desejo que se generalizou a outros ramos do saber humano e tornou comum de muitos dos povos da Europa. O Renascimento deu, assim, origem a um movimento academicista que teve início no século XV, em Itália ⁽²⁾

⁽¹⁾ Bréhier, *id.*, 386.

⁽²⁾ Fidelino de Figueiredo, *Hist. da Lit. Clássica*, 38.

patrocinado por algumas Cortes, e por vários Senhores, cultivando-se, desde o início e cada vez mais, a Literatura, a História, a Filosofia e as Belas Artes naqueles verdadeiros Congressos que foram as Academias. Influenciadas pela Antiguidade, algumas escolheram, para se designarem, nomes que a recordavam: a *Academia Platónica* de Florença e a *Pontiana*, de Nápoles; vêm também a *Palatina* e a dos *Vignaiuoli*, em Roma. Em 1582, Grazzini funda em Florença a *Academia della Crusca*, que tão vasta influência teve e cujo programa consignou, em especial, introduzir o experimentalismo nos estudos filológicos. Afora estas, fundaram-se também a Academia do *Cimento*, dedicada ao estudo e divulgação das Ciências Naturais; a *Cosentina*, que foi um centro de especulações filosóficas; a *Arcádia*; a dos *Granelleschi*, em Veneza; e as de *Crusca* e dos *Transformati*, em Milão ⁽¹⁾, entre outras de menor relevo. O movimento foi-se generalizando e, consoante as intenções dos seus académicos e os programas, assim os nomes das *Academias* de Itália nos surgem mais parecidos com os que tiveram as *Academias* de Espanha e as de Portugal, país que em especial nos interessa. Assim, como escreveu Bluteau ⁽²⁾, com vários nomes se distinguiram os Académicos de Itália, chamando-se, em Roma, *Humorísticos* e *Fantásticos*; em Bolonha, *Ociosos*; em Génova, *Adormecidos*; em Vicência, *Olimpícos*; em Milão, *Escondidos*; em Nápoles, *Ardentes*; em Laca, *Escuros*; em Viterbo, *Obstinados*. Este gosto presidiu às designações das nossas Academias, especialmente às dos séculos xvii e xviii. A França foi também um dos países onde o movimento academicista deu melhores e mais abundantes frutos e foi ainda especialmente no século xvii que esse movimento se radicou e desenvolveu, favorecido e animado pelo gosto de conversar, tão peculiar dos salões e que atingiu plena florescência em vida da Senhora de Rambouillet e da Senhora de La Fayette. Facto idêntico foi também

(1) *Fid. de Fig.º, id., id.*

(2) D. Rafael Bluteau, *Vocabulário*.

a origem da criação de muitas das nossas Academias. Da necessidade que sentiram alguns belos espíritos de elegante e doutamente conversarem, escreveu Fidelino de Figueiredo, nasceu a *Academia Francesa*. Protegida por Richelieu, realizou a sua primeira sessão em 13 de Março de 1664.

Da extensa lista de Academias portuguesas que conseguimos formar, percorrendo caminhos já por outros andados, sem, contudo, termos a preocupação de a considerar completa, concluímos que foi Braga a primeira cidade onde se constituiu uma Academia, já no século xvi, embora de certo modo sem a liberdade de pensamento e de acção de que usaram as congéneres e que as caracteriza, com o fim de ensinar Gramática, Retórica e Artes. Foi a *Academia Bracarense*, ⁽¹⁾ que o insigne Arcebispo D. Frei Bartolomeu dos Mártires fundou em 1561.

No século xvii, o número de Academias portuguesas é importante, na expressão do seu valor absoluto, o que é prova evidente de que, nesse século, como também no seguinte, se primava no nosso país em elevar a alto grau a cultura do espírito. E assim, colhemos notícia da fundação das seguintes Academias:

— Dos *Singulares*, segundo algumas fontes, em 1628, segundo outras em 1663, o que talvez corresponda a dois períodos diferentes de actividade. D. Francisco Manuel a declarou a primeira das *Academias literárias portuguesas*, e Bluteau e Fidelino de Figueiredo seguem-lhe as pisadas.

Os sócios davam para explicação do título que o haviam escolhido à imitação dos dos *Confiados*, *Declarados*, e *Unidos* de Itália, não porque presumissem de Únicos nos talentos, mas por serem singulares na aplicação. Apesar de se pretender fixar o seu início em 1628, das suas sessões só se conhecem as realizadas entre 1663 e 1665, ano em que acabou, em 19 de Fevereiro, publicadas em 1692 e 1698 sob o título *Academia dos Singulares de*

(1) *Vida de D. Frei Bartolomeu dos Mártires*, de Frei Luis de Sousa, I, 117.

Lisboa dedicados a Apolo. Os assuntos escolhidos para serem tratados nas suas sessões eram, na maior parte, frívolos, para o que basta citar, entre outros que o poderiam ser, o da primeira conferência: «*Uma dama a quem pedindo Fabio uma prenda, soltou o cabelo e lhe deu com a mão uma figa*». Apesar desta frivolidade dos temas escolhidos, Silvestre Ribeiro, porque leu todos os discursos dos presidentes desta Academia, afirma que são ricos de boa linguagem, mas recheados de textos latinos em demasia e escritos em estilo exagerado. E acrescenta que os autores do *Dicionário da Academia* (das Ciências) entenderam deviam fazer uso dos escritos dos *Singulares* «por serem os engenhos mais célebres da sua idade e pela abundância de vozes e frases familiares que se encontram nos melhores escritos» ⁽¹⁾.

— Dos *Generosos*, que principiou em 1647, por iniciativa de D. António Álvares da Cunha, trinchante-mor de D. João IV e de seus filhos D. Afonso VI e D. Pedro II e Guarda-mor da Torre do Tombo, em cuja casa funcionou, e que escreveu — *Rebelião de Ceilão*. Bluteau ensina que as reuniões se efectuaram em casa de D. António durante 21 anos, sem interpolação, até 1668, primeiro período da sua actividade, ou, como quer Silvestre Ribeiro, até 1667; foi restaurada em 1685 por D. Luis da Cunha, «glorioso herdeiro da erudição paterna», sendo seu secretário o Conde de Vilar Maior e trabalhando neste e nos seguintes anos, segundo período da sua existência. Refloresceu em 1717 por influência do 4.º Conde da Ericeira, D. Francisco Xavier de Meneses. Esta Academia, que adoptou a divisa *Non extinguetur*, é, justamente, considerada a mais importante das Academias particulares lisboenses do século XVII e consagrava a sua actividade em versar questões filológicas, matemática, poesia e assuntos filosóficos.

⁽¹⁾ Bluteau, *op. cit.*; D. Francisco Manuel de Melo, 3.º *Apólogo Dialogal*; Fid. de Figueiredo, *op. cit.*, 40; José Silvestre Ribeiro, *Hist. dos Estabelecimentos Científicos, Literários e Artísticos de Portugal*, I, pág. 154 (Edição de 1871).

Damos uma ideia do valor das secções distribuidas e assuntos de lições, citando os seguintes:

Marquês de Alegrete:—Os vícios da eloquência;

Visconde da Asseca:—Paradoxos académicos;

D. Francisco Manuel de Melo:—As mulheres ilustres;

Manuel Pimentel (cosmógrafo-mor):—A Filosofia Natural;

P.^e D. Manuel Caetano de Sousa:—Filosofia Moral;

P.^e D. Jerónimo Contador de Argote:—As Fábulas da História;

P.^e D. Rafael Bluteau:—Excelências e documentos do sábio cristão;

Conde da Ericeira:—O Método dos estudos.

Lê-se em Silvestre Ribeiro que voltou a funcionar em 1693 e em 1717, também por influência do Conde da Ericeira ⁽¹⁾. Fidelino de Figueiredo, porém, só regista os períodos de 1647-1667; 1685-1686 e 1717.

Erecta sete anos após o da Restauração de Portugal, quando o país ardia em plena efervescência patriótica, que lhe aticava a luta pela liberdade política contra a Espanha usurpadora, esta Academia, em cujo seio figuravam alguns dentre os mais ilustres nomes de portugueses, que se não deixavam dominar pelo medo dos exércitos inimigos ou seduzir por largas promessas de títulos, proventos e dádivas do inimigo, não ficou indiferente aos triunfos do Exército nacional, celebrando-os e eternizando-os, como demonstra a obra do *Académico Ambicioso* e Secretário da *Academia dos Generosos*, D. António Álvares da Cunha, intitulada *Aplausos Académicos e relação do felice Sucesso da célebre vitória do Ameixial...*, travada em 1663.

Segundo Bluteau, seu sócio e que, por isso, seguimos por considerá-lo bem informado, constituiu-se, em 1696, na Livraria do Conde da Ericeira, D. Francisco Xavier de Meneses, outra Academia

(1) José Silvestre Ribeiro, *op. cit.*

denominada das *Conferências Discretas*, a qual outros designam por das *Conferências Eruditas* e ainda outros por das *Conferências Discretas ou Eruditas*. Fez parte dela a nobresa mais ilustre do reino, como afirma Silvestre Ribeiro, e a de maior erudição, que tomava parte nas suas conferências celebradas aos domingos à noite para «examinar e resolver questões físicas e morais»; e, como escreveu Bluteau, para maior elegância da prosa e poesia nacionais, se decidiram dificuldades propostas sobre a significação dos vocábulos da língua portuguesa. Não diz claramente Bluteau que a Academia das *Conferências Discretas* fosse uma sucedânea da dos *Generosos*. Fidelino de Figueiredo e outros pretendem, a nosso ver sem fundamento incontroverso, que D. Rafael a considera como sucessora da outra, levados, talvez, pelo facto de ter principiado suas sessões num dos períodos de cessação da actividade da dos *Generosos*. Julgamos mais lógico considerá-la como uma Academia independente desta, até prova em contrário, tanto mais que a dos *Generosos* ressurgiu pelo menos em 1717, senão também em 1693. Quando se constituiu a *Academia Real da História Portuguesa*, muitos dos sócios da *Academia dos Generosos* passaram para ela ⁽¹⁾.

— Da dos *Solitários*, em 1664, em Santarém. Não se encontraram, que o saibamos, notícias da sua actividade.

— Da dos *Únicos*, em 1691, em Lisboa, à qual pertenceu Francisco Leitão Ferreira. Há notícia do aparecimento, na livraria de Eduardo Nunes da Mota, dum códice intitulado: *Academia dos Únicos, dividida em 10 concursos. Dedicada a D. João da Silveira, arcebispo da Sé de Lisboa*, etc. Segundo este códice, a Academia reuniu pela primeira vez em 9 de Dezembro de 1691 sob a presidência do Doutor Teodósio de Contreiras da Silva; a 16 do mesmo mês funcionou pela segunda vez, sendo presidente da sessão Martinho Pereira da Silva; à terceira reunião

(1) J. S. Ribeiro, *id.*, 158; Bluteau, *Vocabulário*; Fidelino de Figueiredo, *op. cit.*, 41.

presidiu o eclesiástico Francisco Leitão Ferreira, perito em história e versado em línguas, sócio doutras Academias entre as quais a *Real da História*; à quarta, Sebastião Pacheco Varela, de Aveiro, «excelente linguístico e músico, conhecedor profundo de várias artes e ciências». Foi presidente da 5.^a sessão, realizada em 6 de Janeiro de 1692, João Baptista Henriques, e da 6.^a, celebrada a 13 do mesmo mês, Simão Afonseca.

A última reunião realizou-se em 17 de Fevereiro e presidiu a ela Sebastião Pereira Pimenta, abade de Lindoso, «poeta distinto e estimado conversador» (1). O censor desta Academia foi João Pereira da Silva.

— Da *Instantânea*, nos fins do século xvii, no Porto, pelo prelado D. Fernando Correia de Lacerda, em cujo palácio se realizavam as sessões. Os assuntos propostos para discussão eram tratados sem preparação prévia, de harmonia com os estatutos e o seu título, que alguns, sem fundamento, querem derivar da sua fugaz duração.

É, porém, o século xviii aquele que podemos designar por — século das Academias, tal o seu número. Elas desenvolvem-se e aparecem espalhadas por todo o País e pelo Brasil, revelando como a sociedade daquele tempo cuidava, com extremo apuro, de aperfeiçoar a cultura do espírito.

Assim, fundaram-se neste século:

— A dos *Anónimos*, em 1714, presidida muitas vezes por José de Sousa que, apesar de ter cegado pouco tempo depois de nascer, pela sua aplicação às letras e às ciências chegou a ser um dos maiores eruditos do seu tempo. Adoptou o pseudónimo de *Teólogo Eterno*. Desta Academia ficou a publicação *Progressos Académicos dos Anónimos de Lisboa*. Disse o Cavalheiro de Oliveira que havia nela versistas e poetas (2).

(1) *Boletim Bibliográfico da Academia das Ciências*, 2.^a Série, vol. 1.^o, pág. 360.

(2) Silvestre Ribeiro, *id.*, 159; Fidelino de Figueiredo, *id.*, 42; Teof. Braga, *Arcádia Lusitana*; Cavalheiro de Oliveira, *Memórias de Portugal*, 2.^o, 373.

— A do *Núncio*, também conhecida por *Dos Sagrados Concílios*, celebrou a sua primeira sessão em 24 de Agosto de 1715, no palácio do Núncio extraordinário Monsenhor José Firrão, que trouxe a D. João V o presente das faixas destinadas ao recém-nascido príncipe D. José e acabou em 13 de Novembro de 1716, com a nomeação de Monsenhor Firrão para a nunciatura da Suíça. As sessões versavam assuntos de História, Cânones e Dogmas dos Sagrados Concílios. O da 1.^a conferência incidiu sobre o Concílio Niceno; o Conde da Ericeira, D. Francisco Xavier de Meneses, abriu os trabalhos da noite com uma oração muito doura. Monsenhor Firrão convidou para fazerem parte desta Academia os maiores vultos da Corte. Na opinião de Teófilo Braga, a sua extinção foi uma das causas que levaram à formação da *Academia Real de História*. O Conde da Ericeira, que nela tinha lugar proeminente, para preencher o vazio que no seio da aristocracia deixava o desaparecimento da *Academia do Núncio*, fez reaparecer a *Academia dos Generosos* em 1717, à qual deu o nome de *Academia Portuguesa* para a desviar das influências literárias espanholas e aproximar do academicismo francês e agremiar nela os elementos aristocráticos. Quis, depois, imprimirlhe carácter oficial, à semelhança das Academias francesa e espanhola, esta então recentemente criada e conseguiu de D. João V permissão para realizar uma sessão académica no Paço, no dia de S. João Evangelista, em 1719, dia do aniversário natalício do Magnânimo. Ficou o monarca deveras lisongeadado com o brilhantismo e aparato do certamen literário e tomou sob a régia protecção a *Academia Portuguesa*, que com carácter oficial adoptou o nome de *Academia Real de História Portuguesa* ⁽¹⁾.

— A dos *Ilustrados*, já existente em princípios de 1716, quando realizou um certâmen para celebrar a criação da Patriarcal de Lisboa; foi muito concor-

(1) P.^e Francisco de Santa Maria, *Ano Histórico*. Teófilo Braga, *Arcádia Lusitana*, 36.

rida esta sessão e das obras propostas serviram de juizes o Conde da Ericeira, o Marquês de Alegrete e o de Valença.

Como a *Academia dos Anónimos*, tomou parte na Sessão Académica que o Conde da Ericeira realizou no Paço real em dia do aniversário natalício de D. João V, conforme dizemos a propósito da *Academia do Nuncio*; e também como a dos *Anónimos* se encorporou depois na *Academia Portuguesa*.

— A *Portuguesa*, a que acabamos de nos referir, em 1717, sucedânea da Academia dos *Generosos*, e não da das *Conferências discretas*, como querem alguns. D. Tomás Caetano do Bem é claro na sua referência: «socegados os animos pela renovação da paz em 1717, tornou a florescer a *Academia dos Generosos* da mesma forma que dantes tinha florescido...». Em «Memórias da Academia de História», de 1729, se lê também que a *Academia dos Generosos* reviveu com o nome de *Academia Portuguesa* no palácio do Conde da Ericeira e este mesmo o confirmou quando escreveu, ao mencionar o *Hércules Moral*, de D. Manuel Caetano de Sousa: «A Academia Portuguesa, que na minha livreria se renovou em 1717...».

— A *Real da História Portuguesa*, em 8 de Dezembro de 1720, por Decreto de D. João V, aconselhado por D. Manuel Caetano de Sousa. Esta Academia e a Academia Real das Ciências, erecta mais tarde, foram as que mais importantes serviços prestaram às Letras pátrias. Foi sob a sua inspiração que académicos seus escreveram obras valiosíssimas: D. Rafael Bluteau, o seu *Vocabulário*; Barbosa Machado, a *Biblioteca Lusitana*; D. António Caetano de Sousa, a monumental *História Genealógica da Casa Real*; etc. Esta Academia imprimiu nova orientação aos estudos históricos e fez progredir a arte da imprensa. Propunha-se escrever, como suas obras principais, a *História Eclesiástica* e a *História Secular de Portugal e Conquistas*. Frei Cláudio da Conceição ⁽¹⁾ diz-nos também que os seus aca-

(1) *Gabinete Histórico*, por Frei Cláudio da Conceição, Tomo 7 da edição de 1820, pág. 100.

démicos fizeram o *Catálogo dos Bispos do Reino* e insere uma relação das obras publicadas e seus autores, entre as quais, além das que mencionamos, figuram as *Memórias de El-rei D. Sebastião*, por Diogo Barbosa Machado, o *Catálogo das Rainhas de Portugal*, por D. José Barbosa, etc. *Restituet omnia*, era a divisa da Academia e o Decreto da sua fundação dizia que era criada, para que «se escreva a História eclesiástica destes reinos e depois tudo o que pertencer à história deles e suas conquistas». Os estatutos foram aprovados em 14 de Janeiro de 1721 ⁽¹⁾. O mesmo Decreto da fundação estabelecia que passavam para esta os sócios da *Academia Portuguesa* porque «na eleição passada se justificava a presente». Tem hoje uma sucedânea na *Academia Portuguesa da História*, que está produzindo muito úteis e valiosíssimas publicações, evidenciando uma actividade a todos os títulos notável.

— A dos *Laureados*, em 1721, em Santarém, com o objectivo de se ocupar de assuntos literários em prosa e em verso; pertenceram a ela as pessoas mais distintas e eruditas da cidade. Tinha mestres, secretário e censor; segundo Fr. Cláudio da Conceição, nela se proferiram muito bons discursos e foram recitadas boas poesias.

— A dos *Aquilinos*, em 1721, ou 1723, segundo outros, em Aveiro; não deixou trabalhos conhecidos.

— A dos *Problemáticos*, ou *Problemática*, de Setúbal, em 1721, cujo cronista foi Gregório de Freitas. Celebrou a sua primeira sessão em 30 de Maio e o problema, então proposto para solução, foi: «Qual fizera mais, se Alexandre em conquistar o mundo, se Diógenes em desprezá-lo». Discreteou sobre a primeira parte o Dr. Clemente Rodrigues Montanha, prior de S. Julião, de Setúbal; defendeu a segunda o bacharel em Cânones Paulo Correia Soares da Gama, advogado da Casa de Suplicação.

(1) Para melhor elucidação acerca desta Academia, pode consultar-se o excelente cap. IX da ob. cit. de Fidelino de Figueiredo, continuação da 2.^a época, pág. 7, e ainda os autores que ele menciona a pág. 43 da 2.^a época. Insere a relação dos sócios fundadores.

Na 2.^a reunião foi proposto o problema: «Se era mais conveniente ao império romano conservar Carthago ou destruí-la».

A menção destes dois problemas dispensa a dos restantes por já darem suficiente ideia da índole da Academia ⁽¹⁾. De harmonia com os Estatutos, as sessões deviam realizar-se no último dia de cada mês.

— A dos *Problemáticos*, ou *Problemática de Guimarães*, ou *Vimaranense*, nomes por que também é conhecida, em 1721, ou 1734, segundo outros, por Tadeu Luís António Lopes de Carvalho da Fonseca e Camões, que foi senhor dos coutos de Negrelos e Abadim. O seu fim era tratar de assuntos de História e científicos. Silvestre Ribeiro escreveu que esta Academia era da mesma natureza da *Problemática* de Setúbal e o autor do *Gabinete Histórico* já tinha elucidado que na primeira sessão proferiu uma elegante oração o Doutor Francisco da Cunha Rebelo, Cónego prebendado e Vigário Geral da Colegiada de Guimarães; foram recitadas poesias a três *Assuntos* diversos e proferidos mais dois discursos, um pelo Doutor Manuel Lopes, em louvor da Academia, outro pelo P.^e José Caetano, a celebrar a Magnanimidade.

Tadeu Camões, que nasceu em Guimarães em 21 de Fevereiro de 1692, foi fidalgo da Casa Real, Cavaleiro da Ordem de Cristo, familiar do Santo Officio, Sócio da Academia Real de História e pessoa de vasta ilustração ⁽²⁾.

Por ocasião duma visita que o Arcebispo de Braga, D. José, irmão de D. João V e filho natural de D. Pedro II, fez a Guimarães, a cidade solenizou-a com grandes festejos religiosos e profanos. No programa destes últimos figuravam vários números populares, como *cavalladas* e *sortelha*, os quais se realizaram, além doutros (comédias, danças, loas e óperas) que a episcopal gravidade dispensou

(1) Ver *Ano Histórico* e *Gabinete Histórico*, já mencionados; e J. Silvestre Ribeiro, *ob. cit.*

(2) *Catálogo da Exposição Bibliográfica de Autores Vimaranenses* (1953), por Alberto Braga e Mário Cardozo.

por com ela os considerar pouco compatíveis; e ainda, a cargo da *Academia dos Problemáticos*, diversos certâmenes poéticos. Tadeu Camões reuniu em dois tomos, entre os fastos da Academia que erigiu, a narrativa completa destas festas. Foram publicados em Coimbra em 1747 e 1749 ⁽¹⁾.

— A *Brasilica dos Esquecidos*, em 1724, na Baía, sob a protecção do Vice-Rei Vasco Fernandes Cesar, depois Conde de Sabugosa. Escreveu José Silvestre Ribeiro que o nome de *Esquecidos* deve ter provindo do facto de os sócios que a constituíram o terem sido das Academias de que derivou a *Real da História Portuguesa* e não terem sido lembrados para esta, pelo que se reuniram na dos *Esquecidos*. Não há quaisquer elementos para abonar esta hipótese. Varnhagen ⁽²⁾ diz que esta Academia funcionou durante pouco tempo «como de ordinário acontece a estas corporações quando lhes não acode o influxo protector do Governo». Os seus trabalhos foram de pouca importância.

— A dos *Aplicados*, em Lisboa, em 1724, à qual pertenceram D. Rafael Bluteau e Frei Manuel do Cenáculo, em cuja cela se realizavam as suas sessões. Em 1734 publicou o *Elogio fúnebre de D. Rafael Bluteau*. Desde este ano em diante não se encontram vestígios da sua actividade.

— A dos *Unidos*, em Torre de Moncorvo, em 1731.

Tomou parte na sessão que a *Academia dos Aplicados* realizou em Lisboa, em 28 de Fevereiro de 1734, para memorar o falecimento de Bluteau, com o seu panegírico.

Figuram entre os seus filiados os seguintes nomes:

Francisco Inácio Botelho de Moraes;
José Luís Carneiro de Vasconcelos;
Paulo Botelho de Moraes.

(1) A esta obra, intitulada *Guimarães agradecido*, refere-se J. Leite de Vasconcelos num artigo publicado na *Revista de Guimarães*, N.ºs 3-4, de 1928, que repetiu na *Etnografia Portuguesa*, vol. I, págs. 131 e 132.

(2) Citação de J. Silvestre Ribeiro, *op. cit.*

Na festa da sua inauguração, em 12 de Abril, tomaram parte o Marquês de Távora e o Conde da Ribeira; começou e terminou com Sonatas conforme o uso da época, e no fim do certâmen que constou, além da parte musical, de discursos e poesias, se realizou um grandioso baile. Foi Presidente desta Academia Francisco Inácio Botelho de Moraes.

— A dos *Engenhosos Bracarenses*, em 1733, em Braga. Até prova em contrário, consideramos que esta Academia e a *Bracarense*, ou dos *Bracarenses*, são uma só. Em 6 de Maio de 1744 efectuou uma luzida sessão para celebrar o 41.º aniversário natalício de D. José, Arcebispo bracarense. Foi presidente o P.º Francisco Pacheco, S. J., e secretariaram os desembargadores Manuel Rodrigues Madeira e Manuel Teixeira de Queirós.

Assunto Académico: «Que anos mais felizes para o nosso augustíssimo prelado, os passados, em que se instruia nas ciências e virtudes para o exercício de qualquer emprego, ou os presentes, em que rege felizmente a primazia de sua mitra?»

Também foram propostos — um *Assunto heroico*, *Assuntos líricos* e um *Assunto lírico joco-sério*: «Uma velha muito velha, em ocasião da celebridade dos anos de S. A. pediu-lhe em esmola o dote para entrar freira».

— A *Latina e Portuguesa*, em 1735, em Lisboa. Esta Academia, em 30 de Janeiro de 1735, realizou uma sessão em memória do douto P.º D. Manuel Caetano de Sousa, então recentemente falecido, que fôra Presidente da *Academia Real de História Portuguesa*. O elogio histórico daquele eruditíssimo académico coube a Filipe José da Gama.

Foi proposto o seguinte *Problema*: «De quem foi a maior perda, na morte do eruditíssimo varão, se da Pátria, se das Ciências»? As proposições deste *Problema* foram brilhantemente defendidas por José Colasso de Miranda e por António Félix Mendes.

— A dos *Felizes*, que reuniu no dia 6 de Maio de 1736 no Rio de Janeiro, no palácio do Governador, instituída por Mateus Saraiva.

— A dos *Escolhidos*, erecta em Lisboa e nova em 6 de Junho de 1742, ano em que D. João V teve o ataque apoplético de que lhe resultou a invalidez (10 de Maio); apuramos que, em sinal de geral regozijo pelas melhoras que, então, o rei experimentou, fez redigir, por aquela data, uma circular, que dirigiu a todas as Academias do reino, para concorrerem a um certâmen — «em que no mês de Julho se há-de aplaudir com vários metros a melhora de El-Rei, N. Senhor, em um tríduo que há-de principiar no dia que resolverem seus directores».

Os *Problemas* propostos, de tanto pretender a Academia pôr em evidência amor ao soberano, interesse pela sua saúde e agradar-lhe, resultaram insulsos e de demonstração sobremaneira enleada e dificultosa:

Problema para o primeiro dia: Se foi tão grande a molestia de S. Mag.^e como a affectuosa piedade de seus vassallos. Seriam lidos os «epigramas, os sonetos e os romances heróicos», com vários prémios.

Problema para o segundo dia: Se na doença de S. Magestade mostraram mais fineza nas rogativas os habitantes desta côrte ou os moradores dos lugares distantes. Seriam lidos «os poemas latinos e as oitavas e décimas em língua vulgar». Distribuição de prémios.

Problema para o terceiro dia: Se foi neste reino tão grande o sentimento na queixa de S. Mag.^e como o gosto da sua melhora. Seriam lidas «as odes latinas, as líras portuguesas e os romances vulgares», com prémios.

Parece que esta Academia não tinha vida financeira desafogada, porque se acrescentara nos convites aos concorrentes: — «e como o maior prémio é o da glória do vencimento, os que tiverem esta vantagem não acharão extranho ser tão diminuta a demonstração com que a Academia os pretende premiar». Da referida circular constavam também «as leis das obras, que se hão-de remeter à mão de José Freire de Monterroio Mascarenhas, um dos directores da Academia, em carta fechada».

Foram juizes deste certâmen o Conde da Ericeira, o Visconde da Asseca, Luís César de Meneses e os Padres, S. J., do Colégio de Santo Antão, José da

Costa e Paulo Amaro. Como foram recebidas, das diversas Academias concorrentes, numerosas composições, o dia da primeira sessão só foi fixado para 18 de Outubro de 1742, a qual se realizou no Colégio de Santo Antão, da Companhia de Jesus.

Teófilo Braga, na *Arcádia Lusitana*, insere uma lista dos associados, alguns dos quais pertenceram também à *Academia dos Ocultos*.

Por ocasião do falecimento do conde da Ericeira, em 1744, e conforme a circular que distribuiu, em 20 de Janeiro daquele ano, promoveu e realizou «um obséquio que se há-de celebrar no dia 26 do corrente mês e, se discutirá o problema:—A quem se faria mais sensível a morte do Ex.^{mo} Conde da Ericeira, se às campanhas, pelo grande valor com que nelas militava, ou se às Academias pelo incomparável engenho com que nelas discorria?»

—A dos *Ocultos*, ou *Anónimos*, em 1745, em Lisboa, pelo Marquês de Alegrete, Manuel Teles da Silva, em cujo palácio funcionou. Pertenceram a ela Correia Garção e Luís Correia da França, entre outros dos personagens mais importantes e instruídos da Corte. Foi a origem da fundação da *Arcádia Lusitana*.

—A *Cirúrgica Protótipo Lusitânica Portuense*, em 1746, no Porto, por diligências do cirurgião Manuel Gomes de Lima; era um centro de discussão de métodos cirúrgicos ⁽¹⁾.

—A *Litúrgica Pontifícia*, em 1747, no mosteiro de S.^{ta} Cruz de Coimbra, pelo Papa Bento XIV; funcionava à semelhança da *Academia dos Sagrados Ritos e de História Eclesiástica* que aquele Pontífice fundara no Quirinal e que com ela se manteve em estreitas relações. Foi dirigida pelo célebre bispo D. Miguel da Anunciação, que lhe deu estatutos em 1758, ano em que iniciou os seus trabalhos como Academia propriamente dita, e tinha a sua protecção e a do Pontífice, que lhe fez várias ofertas. Foi extinta em 1767, a requerimento do Procurador

(1) Fidelino de Figueiredo dá-a como fundada em 1748.

Geral da Coroa, com o fundamento de que a Bula da sua criação não fora sujeita ao Beneplácito Régio.

— A dos *Selectos*, em 1755, no Rio de Janeiro; os seus trabalhos foram especialmente consagrados a celebrar a personalidade de Gomes Freire de Andrade que, em virtude do Tratado Luso-Hispânico de 1750, foi incumbido de delimitar a fronteira meridional do Brasil. J. Silvestre Ribeiro ⁽¹⁾ dá-a como constituída em 1752, esclarecendo que, dois anos depois, publicou as composições desta Academia o Ouvidor de Paranaguá, Manuel Tavares de Sequeira, em Lisboa.

— A *Mariana*, em 1756, por Frei Manuel do Cenáculo, cujo objectivo principal era o culto de Nossa Senhora; cultivou as belas letras.

— A *Arcádia Lusitana*, em 1757, em Lisboa, por iniciativa de António Dinis da Cruz e Silva, autor do *Hissope*, secundado por Manuel Nicolau Esteves Negrão e Teotónio Gomes de Carvalho. Deve ter adoptado o nome da *Arcádia* de Roma, 1690. António Dinis foi o autor dos Estatutos e a primeira sessão se realizou a 19 de Julho de 1757, data que preferimos, por isso, para início da sua instituição e funcionamento, embora os trabalhos para a fundação comesçassem em 15 de Agosto de 1756. Os árca-des, no número dos quais se contam Correia Garção, Reis Quita e outros notáveis ⁽²⁾, eram eleitos por escrutínio secreto e deviam ocultar o nome sob um criptónimo pastoril. O nome de Arcádia, quer fosse escolhido sem obediência a influências exteriores, quer por imitação da *Arcádia* de Roma, como dissemos, provinha do da província do mesmo nome do antigo Peloponeso; o nome de *Monte Ménalo* ficou a designar os locais das sessões, que foram

(1) *Ob. cit.*

(2) Sobre a lista dos agremiados, ver Teófilo Braga, *A Arcádia Lusitana* e Camilo Castelo Branco, *Curso de Literatura Portuguesa*, 185.

muitos, por a *Arcádia* não ter casa própria, e entre os quais figuram o palácio da Anunciada, o do morgado de Oliveira, a casa do Principal Lázaro Leitão Aranha e a Biblioteca do Hospício das Necessidades. Os estatutos impunham à Academia um presidente, um secretário, um vice-secretário, dois árbitros e um guarda. O presidente foi Teotónio Gomes de Carvalho, escolhido, segundo Teófilo Braga, pela sua importância pessoal e relações com a aristocracia. O secretário foi Esteves Negrão. Para as reuniões, mensais, dos árcades terem validade era necessária a presença dum mínimo de 5 agremiados. A *Arcádia* tomou por divisa *Inutilia Truncat*. Tornou-se célebre esta Academia por ter iniciado um largo movimento de reacção contra o gongorismo e a influência castelhana na literatura portuguesa, adoptando e defendendo o regresso ao classicismo. Teófilo Braga dá grande valor à entrada de Correia Garção: «Da Academia dos *Ocultos*, foi chamado Pedro António Correia Garção, novo já considerado pelo gosto literário e conhecimento dos escritores clássicos latinos e franceses. Pode-se dizer que foi o alicerce em que se firmou a *Arcádia* pela autoridade que todos espontaneamente lhe reconheceram. Também a Garção se deve a introdução, na *Arcádia*, de Manuel de Figueiredo e Domingos dos Reis Quita. Da Academia dos *Ocultos* também transitou para ela Luís Correia da França».

— A dos *Humildes e Ignorantes*, em 1758; as suas sessões foram, principalmente, dedicadas à História Pátria; revelam certa erudição embora não sejam isentas de deslizes. As sùmulas constam de 8 volumes, o primeiro dos quais viu a luz da publicação em 1758 e figuram conversações entre um teólogo, um filósofo, um ermitão e um soldado, «obra utilíssima, lê-se na folha de portada, para todas as pessoas eclesiásticas e seculares que não têm livrarias suas nem tempo para se aproveitarem das públicas» e «Suma excelente de toda a Teologia Moral, Filosofia antiga e moderna, Matemática, Direito Civil e Canónico, de todas as Ciências, Artes Liberais e Mecânicas». A contextura desta publicação tem levado a admitir que *Academia dos Humildes e*

Ignorantes é apenas título dum livro e não duma *Academia* ⁽¹⁾.

— A dos *Renascidos*, em 6 de Janeiro de 1759, na Baía, por José Mascarenhas Pacheco Pereira Coelho de Melo, com a protecção do Vice-rei, Conde dos Arcos. Teve efémera vida, porém duma grande actividade e é considerada, pelos seus fins, equivalente à *Academia Real de História*. Concebeu o projecto de escrever a *História Filosófica do Brasil*, como se vê dos assuntos que aprovou para estudo pelos sócios, e a *História Geral da nossa América*.

— A do *Nú*, em 1760, em Lisboa, por Cirilo Wolkmar Machado, pintor de mérito, que baseava os seus trabalhos em modelos naturais e pretendeu introduzir em Portugal, depois de análoga e falhada tentativa de Vieira Lusitano e André Gonçalves, o estudo do modelo nú. Vieira Lusitano e Oliveira Bernardes fizeram parte da Academia como professores de desenho.

Pelo género dos seus trabalhos, a Academia encontrou muita e despropositada opposição, embora também dispusesse de elevados protectores, à sombra do valimento dos quais pôde singrar. Pertenceram a ela Joaquim Machado de Castro, o autor da estátua equestre de D. José I, Joaquim Manuel Rocha e Joaquim Carneiro, terminando em 1807.

— A *Científica*, em 1769, no Rio de Janeiro ⁽²⁾, pelo vice-rei Marquês de Lavradio, que, pela variedade dos seus fins foi a predecessora da nossa Academia das Ciências. Os seus trabalhos versavam, além da História e da Literatura, a Física, a Química, a História Natural, a Cirurgia e a Medicina, a Farmácia, a Agricultura, etc. Isto é, a sua actividade abrangia todos os ramos do saber humano.

— A celebrada em 6 de Junho de 1775 no convento de Jesus pelos frades da Ordem Terceira de

(1) Nota ao *Auto de Gil Vicente*, de Garrett, da Empresa da História de Portugal, Lx.^a, 1904.

(2) J. Silvestre Ribeiro informa que teve a sua primeira sessão pública em 18 de Fevereiro de 1772 e que foi criada por proposta dum médico do vice-rei. (*Op. cit.*).

S. Francisco, para solenizarem a inauguração da estátua equestre de D. José I. A dedicatória ao rei foi feita por Frei Manuel do Cenáculo; contém várias composições, alusivas ao acto, escritas em português, grego, hebraico, arábico, francês e inglês, com as respectivas traduções.

— A *Academia Real das Ciências*, hoje *Academia das Ciências*, em 24 de Dezembro de 1779, em Lisboa, data legal da sua criação. A primeira sessão preparatória, em que se elegeram os sócios efectivos em número necessário para o funcionamento das três classes estatutárias (ciências de observação, ciências de cálculo e belas letras) só se realizou em 19 de Janeiro de 1780 e a primeira sessão pública em 4 de Julho do mesmo ano, na qual a oração de abertura coube ao P.^e Teodoro de Almeida. A criação da Academia Real das Ciências, cuja iniciativa pertence, com maior ou menor intensidade, ao Dr. Domingos Vaudelli, abalizado professor italiano que viera para Portugal chamado pelo Marquês de Pombal, ao Visconde de Barbacena, ao P.^e José Francisco Correia da Serra e, por último, ao 2.^o duque de Lafões, D. João Carlos de Bragança, parece ser, em geral, uma consequência lógica do vasto movimento academicista do século xvii e, em especial, da existência da Academia Real de História e da Arcádia Lusitana.

Em 1834 foi doado à Academia Real das Ciências o edifício do Convento de Jesus, ficando, desde então, com sede própria; porém, até essa data, teve diversas casas: o Paço das Necessidades, sua primeira sede, até 1792; o palácio do Beco do Carrasco, até 1797; o do Monteiro-Mor, à Calçada do Combro, até 1800; o palácio Palmela, no Calhariz, até 1823; o palácio do Conde de Lumiares até 1834.

São em grande número e importantíssimas as suas publicações, muitas das quais esgotadas e carecendo de urgente reedição por serem indispensáveis a quem estuda e para se manter o seu prestígio e influência no meio intelectual do nosso País. Era grande o prestígio da Academia Real das Ciências, que foi sempre o primeiro dos estabelecimentos desta natureza em Portugal; tão grande que era consultada sobre a

nomeação dos professores do antigo Curso Superior de Letras e os seus académicos gozavam da prerrogativa de lugar de honra nas recepções do Paço real.

— A *Real de Marinha*, em Lisboa, em 1779.

— A do *Manejo e Arte de andar a cavalo*, em 1789, no Colégio dos Nobres. Não pudemos obter a notícia de publicações suas.

— A *Real de Fortificação, Artilharia e Desenho*, em Lisboa, em 1790, que em 1837 deu origem à Escola do Exército.

— A *Nova Arcádia*, em 1790, por Domingos José Caldas Barbosa, acompanhado, na reacção que esta Academia representava contra a *Arcádia Lusitana*, por Joaquim Severino Ferraz de Campos, Curvo Semedo e José Agostinho de Macedo.

Teófilo Braga dá-a como fundada em 1793 ⁽¹⁾. A *Nova Arcádia* propunha-se dar continuidade à reacção clássica que a *Arcádia Lusitana* iniciara, mas, como decaíra, não pudera manter-se na necessária altura. Teve grande influência na restauração do Teatro português no início do século XIX.

— A *Eclesiástica*, em 1793, em Beja, por Frei Manuel do Cenáculo.

— A *Real de Guarda-Marinhas*, em 1796, em Lisboa, que deu origem, em 1845, à Escola Naval.

Além das que ficam designadas, outras Academias floresceram neste século, das quais nos não foi ainda possível obter indicações acêrca dos anos da sua fundação e das suas actividades. Tais são as mencionadas por Teófilo Braga, na *Arcádia Lusitana*: a dos *Particulares*; a da *Palavra Literária*, de Ponte do Lima; a dos *Infecundos*; a dos *Flegmáticos*; a *Escalabitana*, às quais acrescentaremos a dos *Insígnies*, a *Médico-Portopolitana*, a dos *Tirões Bracarenses* e a dos *Obsequiosos*. E as citadas por Fidelino de Figueiredo, erectas por imitação e influência da *Arcádia Lusitana*, — *Arcádia*

⁽¹⁾ *Hist. do Teatro Português no Século XIX*, pág. 3 da ed. de 1871.

do Porto, *Arcádia de Guimarães* e *Arcádia Conimbricense* ⁽¹⁾.

Também em 5 de Maio de 1793 se realizou em *Guimarães*, por ocasião dos festejos que ali se fizeram para celebrar o nascimento da Princesa da Beira e em continuação deles, uma *Academia* em casa de José Bernardo de Carvalho, cónego da Real Colegiada de Guimarães e filho de Tadeu Luís de Carvalho da Fonseca e Camões, fundador da *Academia dos Problemáticos*, da mesma cidade, que assim continuava a tradição paterna. Presidiu o P.^e José de S. Bernardino Botelho, então abade de S. João de Gondar e foi secretário Joaquim Moreira de Sá, Cónego magistral da Real Colegiada. Serviram de problemáticos o D. Prior da Colegiada de Barcelos, António Fernandes de Arroyo e Francisco Joaquim Moreira de Sá. Foram proferidos discursos e recitadas diversas e excelentes poesias. No fim da *Academia* foi servida, no quintal da mesma casa, uma magnífica e esplendida ceia. O recinto, devida e artisticamente preparado, figurava o interior dum bosque com várias fontes. Na iluminação, singular e caprichosa, as luzes, distribuídas com profusão, simulavam os frutos das árvores. Nas mesmas árvores liam-se dísticos alusivos ao nascimento que se festejava. As mesas davam lugar a servirem-se mais de 400 pessoas, sem confusão. Tão abundante foi o serviço que, apesar do elevado número de convidados, ainda no dia imediato as mesas estiveram postas para quem quizesse servir-se e o que sobrou foi repartido pelos pobres.

O relato desta sessão foi impresso com o título «Sessão Académica que em aplauso do faustosíssimo nascimento da princesa da Beira se celebrou em Guimarães» ⁽²⁾.

(1) *Hist. da Lit. Clássica*, de Fidelino de Figueiredo, II, 175, nota.

(2) Está na Biblioteca Nacional de Lisboa. Os elementos acerca desta Academia foram-nos fornecidos pelo distinto arqueólogo e director da Sociedade Martins Sarmento, sr. Coronel Mário Cardozo.

Porque não chegou a ser realizada, devido à doença do Rei Reformador, faremos aqui, fora do lugar que cronologicamente lhe competiria, a referência à Sessão Académica que devia ser celebrada, em Guimarães também, em 21 de Novembro de 1776, para comemorar o casamento do segundo filho do Marquês de Pombal, José Francisco Xavier Maria de Carvalho Melo e Daun, com D. Francisca de Paula da Silveira de Pópulo de Lorena, filha de Nuno Gaspar de Távora, Academia que dá origem a esta publicação. Seria seu presidente o P.^e José de S. Bernardino Botelho, abade de Celeirós.

Fizemos várias diligências para conseguir apurar se pelos anos de 1776 existiria em Guimarães alguma Academia particular com carácter de permanência, isto é, com estatutos e realizando suas sessões periodicamente. Nada, porém, nos foi, até hoje, dado esclarecer concretamente.

Também não foi possível estabelecer quaisquer dados que permitissem realizar um encadeamento de actividades entre a Academia, ou Sessão Académica, a levar a efeito em 1776 e outras próximas, antecedentes ou consequentes, apesar de poder parecer que um dos académicos desta Sessão, o Abade de Jazente, terá pertencido ainda à dos *Problemáticos* porque a ela se refere nos seus sonetos.

Parece-nos, pois, em virtude de quanto nos foi possível saber, que se trata duma Sessão única promovida com o já designado objectivo.

Por *Academia* se nomeava tanto uma Sociedade científica, literária ou artística, como a casa onde os académicos se reuniam, como ainda o próprio acto dessa reunião, ou seja, a Sessão Académica em si própria. Não se deve, pois, estranhar ler-se — uma *Academia*, com o significado de — uma *Sessão Académica* de qualquer *Academia* instituída com sessões periódicas; e uma *Academia*, com o de uma só e única Sessão Académica, levada a efeito para comemorar um acontecimento faustoso.

E até prova em contrário, cremos poder afirmar que em 1776 não existia em Guimarães Academia particular. Também não reputamos impossível que

essa prova possa ser extraída, de futuro, da poeira dos arquivos.

Por último, houve ainda notícia duma *Academia* erecta em Braga, em 1731, na praça do Quinteiro, em casa do P.^e Manuel Rodrigues Zenha, onde as sessões se realizavam às 4.^{as} feiras.

O número de Academias é menor no século XIX, e várias delas já têm carácter oficial. Citam-se:

— A *Arcádia Tubaciana*, que alguns autores também designam por *Academia Tubaciana*, em 1800, em Abrantes. Parece-nos tratar-se de dois estabelecimentos de índole e finalidade diversas, embora ambas fossem fundadas no mesmo ano, porquanto a *Academia Tubaciana* o foi para desenvolver a indústria da seda, o que conseguiu com pleno e justificado êxito até 1807. Elevou essa indústria a uma perfeição tal que em 22 de Julho de 1803 o governo premiou uma operária.

— A *Real de Marinha e Comércio do Porto*, em 1803, por iniciativa da Companhia Geral de Agricultura dos Vinhos do Alto Douro.

— A *Militar da Terceira*, nesta ilha dos Açores, por Decreto de 10 de Novembro de 1810.

— A *Real de Belas Artes*, por Decreto de 25 de Outubro de 1836, em Lisboa. Foi o erudito Cardal Saraiva quem lhe elaborou os Estatutos.

— A *Portuense de Belas Artes*, em 22 de Novembro de 1836, no Porto, que deve a sua criação a Passos Manuel.

— A *Politécnica do Porto*, em 1837.

— A *Dramática*, em 1837, fundada por estudantes, em Coimbra.

— A *Fenianos*, em 1865, em Lisboa, por Justino Dias Lima Soares.

— A de *Instrução Popular*, em 1892, em Lisboa.

Tal é a extensa lista de Academias portuguesas, dos séculos XVI ao XIX, que pudemos coligir, sem fazer referência, no lugar próprio, à *Academia Portuguesa*, em Roma, não só por nos terem ficado dúvidas de que deva ser considerada, propriamente, como Academia, mas também por funcionar fora de Portugal ou domínios ultramarinos. Caberá, agora, dizer que foi instituída no reinado de D. João V. Havia a ideia

de dotar o país com uma Academia de Belas Artes, porém, antes de a erigirem, foi resolvido subsidiar e mandar à Itália diversas figuras já mais ou menos em destaque.

Esta ideia de pensionistas do rei era a repetição, pelo Estado, da de alguns particulares que tinham mandado parentes seus instruir-se na capital italiana, ou de nobres que também subsidiaram algumas pessoas que revelavam talento. Assim sucedeu, por exemplo, com João Wolkmar, Vieira Lusitano e Glama. Entre os artistas subsidiados, isto é, como hoje dizemos, a quem era concedida bolsa de estudo, mencionam-se o escultor José de Almeida e os pintores Domingos Nunes, Inácio de Oliveira Bernardes e Inácio Xavier.

Durante o reinado de D. José I continuou a ser adoptado o procedimento do anterior; porém, em 1760 foram interrompidas as relações diplomáticas entre o Estado português e a Santa Sé; os estudantes receberam ordem de deixar Roma; restabelecidas as relações tornaram a ser concedidos os subsídios; um dos pensionistas do Estado, foi, então, Domingos António de Sequeira; a Companhia Geral dos Vinhos do Alto Douro subsidiou Vieira Lusitano.

No século xx, além da *Academia Portuguesa da História*, em plena actividade, foi fundada, em 1907, a *Academia de Ciências de Portugal*, por iniciativa do Dr. António Tomás da Guarda Cabreira de Faria e Alvelos Drago da Ponte, mais conhecido pelo nome abreviado que, como homem de ciência usou, de António Cabreira. Teve a primeira sessão em 16 de Abril de 1907 e foi solenemente inaugurada em 22 de Abril de 1908. Conforme a exposição do Dr. A. Cabreira, sua função era «a integração filosófica de todos os ramos do saber humano sob o critério lógico que permita resolver eficazmente os problemas sociais que agitam o espírito moderno». Teve, pois, esta Academia uma feição inteiramente moderna e o seu período de verdadeiramente brilhante actividade foi o que sucedeu à implantação do regime republicano em Portugal, em que ela, procurando e conseguindo, eficientemente, corresponder às necessidades de renovação e de elevação do nosso meio político-social, contou no seu seio todos os nomes de

portugueses ilustres nas ciências e nas letras. Passou, desde aquela data memorável, logo a ser regida pelo Decreto de 26 de Outubro de 1910, que lhe aprovou os Estatutos e pelo Regulamento Geral de 27 de Janeiro de 1911, que os ampliou.

Desde então, realizou operosamente uma notável acção educativa, efectuando conferências para expor e justificar as soluções dos problemas que se prendem com o ressurgimento nacional e publicando numerosos trabalhos, muitos dos quais tiveram influência na vida pública do país. Tais são, entre outros, os seguintes:

Elementos para um projecto de reforma política e administrativa propostos pela Academia de Ciências de Portugal. Relator, Carneiro de Moura.

Manifesto da Academia de Ciências de Portugal acerca da integridade das colónias portuguesas.

Mensagem ao Senado acerca do projectado Ministério da Instrução Pública, Lisboa, 1912.

As propostas de finanças, mensagem à Câmara dos Deputados, Lisboa, 1912.

Contribuição predial; segunda mensagem à Câmara dos Deputados, Lisboa, 1912.

Sendo numerosos os seus trabalhos, mais ainda do que pelo número os recomenda o seu valor intrínseco e eram muito apreciados nos países estrangeiros, cujas Academias principais os solicitavam. Aham-se reunidos em 5 Tomos (o 2.º com duas partes) sob o título *Trabalhos da Academia de Ciências de Portugal — Primeira Série*. Nos nomes de autores figura o escol intelectual do país, como se poderá ajuizar pela seguinte relação: António Cabreira, Teófilo Braga, Joaquim de Azevedo Albuquerque, Melo e Simas, A. J. Ferreira da Silva, Júlio Henriques, Aurélio da Costa Ferreira, Álvaro de Castro, Gonçalves Viana, Carlos Viegas Gago Coutinho, Carneiro de Moura, Henrique Mateus dos Santos, Alfredo Schiappa Monteiro, Álvaro de Melo Machado, P.º Gomes Himalaya, Anibal Bettencourt, Ildefonso Borges, Carlos de Melo, F. X. de Ataíde Oliveira, Cunha e Costa, Júlio Neuparth, Júlio Bettencourt Ferreira, Júlio Moreira, Alfredo da Cunha, J. Pereira de Sampaio (Bruno), Xavier da Cunha,

Sousa Viterbo, Costa Godolfim, José Ramos Coelho, Adolfo Loureiro, Augusto de Miranda, Manuel Ferreira Ribeiro, Augusto Ramos da Costa, Abrahão Galante, M. Vieira Natividade, Patrocínio Ribeiro, Levy Bensabat, Ernest Sós, José Cervaens y Rodrigues, Melo de Matos, António Colaço, Francisco Simões Ratola, Guilherme Enes, Jacinto Pedro Gomes, Domingos Davim, Júlio de Lemos, Pedro Paulo Mascarenhas Júdice, Justino de Bivar Weinholtz, Gabriel Pereira, Marquês do Funchal, António Ferrão, João da Rocha, José de Castro, Frederico Mariães, Virgílio Bugalho Pinto, D. Olga Morais Sarmiento. A maior parte destes nomes ilustres desapareceu já, infelizmente, ceifados pela morte, os homens presentes que os usaram.

Tinha a Academia, dirigida e administrada por um Conselho, do qual foi primeiro Presidente o venerando Doutor Teófilo Braga, duas *Classes*, cada uma com três *secções*, algumas destas desdobradas em *sub-secções*. O quadro dos seus vogais é de 120, 40 dos quais deviam ser residentes em Lisboa; o número de correspondentes é ilimitado.

Os académicos usavam como insígnia uma medalha de ouro, pendente de fita vermelha; e tinham uniforme de gala, constituído por casaca azul com botões dourados, estes com o emblema nacional e aquela de gola levantada, onde se dispunham, como nas mangas, palmas bordadas a ouro. Usavam florete, com este uniforme.

A sede, depois de funcionar em diversos edifícios, fixou-se na Rua do Grémio Lusitano n.º 35 (1).

Uma grande parte dos nossos escritores faz apreciações depreciativas para as nossas Academias particulares, mormente para as dos géneros literário e histórico. As censuras mais acres recaem sobre as do género literário.

(1) Para consulta e mais completa informação, pode ver-se: — Tomo XXII do *Diccionario Bibliográfico Português*; *Diccionario Portugal*, Tomo VI; *António Cabreira, seus serviços e consagrações*; *Trabalhos da Academia de Ciências de Portugal*, Série I, tomos I a V.

Assim sucede, por exemplo, com a rigorística apreciação de Almeida Garrett, cognominado entre nós de *divino* — como outrora Platão em Atenas — cujo centenário, tão merecidamente, vem de se celebrar com justificado brilho: «Mas com o gosto que então dominava a literatura, quase foi fortuna abandonarem o Teatro. Havia de ter que ver um drama laureado pela *Academia dos Singulares* — ou pela dos *Humildes e Ignorantes* (1). E ampliando, em nota, este juízo depreciativo: «Duas mais notáveis das infandas Academias daquele tempo, cujo gosto era o mais refinado e insuportável gongorismo».

No decurso deste modesto trabalho vimos já que, efectivamente, a generalidade das Academias usou o estilo gongórico, de que estavam impregnados os escritores daqueles séculos — o grande Vieira e Bernardes foram gongóricos! — até à reacção oposta pela *Arcádia Lusitana* e continuada pela *Nova Arcádia*, ou *Academia de Belas Letras*, de Lisboa. Era a época, ou a *moda* e nem os mais altos e elegantes espíritos se lhe souberam furtar, mesmo após a Restauração de Portugal, pois, então, até alguns dos escritores publicavam, escritas no idioma castelhano, suas obras, algumas ainda hoje apreciadas.

Nos séculos xvii ao xix, principalmente, a *moda* havia posto de parte o Teatro, para o qual, de resto, mui excelentes escritores se não ajeitam, e consagra essencialmente a Prosa, nos géneros Histórico e Oratório, e a Poesia. De resto, nem podia ser doutra maneira, em tempos de paroxístico absolutismo, desde D. Pedro II; e o Teatro requer liberdade, iniciativa e técnica; tempos em que também não havia actores porque a literatura teatral e os actores são elementos que coexistem. Os factores que deprimem uma fazem simultaneamente desaparecer os outros.

No século xviii o Teatro brilhou, mas apenas pela representação de *Óperas* e baixa Comédia, esta tantas vezes indecente, como indecente era a *Fofa*, dança lúbrica que os populares indecentemente bai-

(1) *Um Auto de Gil Vicente*, Introdução. Empresa da História de Portugal, Lx.^a, 1904, pág. 3.

lavam por praças e ruas, com espanto até de estrangeiros que nos visitavam, não porque os *Acadêmicos* não possuissem competência para se dedicarem à Tragédia, ao Drama, à boa Comédia, porém porque doutro bem diferente modo se lhes impunha o espírito da época em que escreveram, a *moda*, talqualmente hoje a *moda* obriga os jornais a inserir páginas e páginas de relatos do desporto, e vemos, confrangedoramente, por Bibliotecas Públicas, a mocidade estudantil preferir aos Clássicos, de cuja existência mal há notícia e aos escritores que depois deles abrilhantaram a vastíssima galeria de escritores nacionais, a leitura de Revistas de desporto e bugiarias. Em que difere daquelas eras, em relação ao nível do Teatro, o nosso tempo? Não está o Teatro hoje, muito mais ainda do que então e por outras e actuais causas, pela Rua da Amargura? Há hoje escritores teatrais?

Citando as duas aludidas Academias, Garrett poderia também ter mencionado e feito justiça aos esforços da *Arcádia Lusitana* e aos da *Nova Arcádia*, para erguerem o Teatro Português do abatimento, porquanto tais esforços foram e são de considerar. No tempo a que Garrett faz referência, imperava ainda em Portugal o espírito do Direito romano, que julgava infame a vida do actor; e, no de D. Maria I, as mulheres foram proibidas de pisar o palco. Nem os actores tinham escola — o seu mérito era verdadeiramente inferior — nem peças que os elevassem, como judiciosamente escreveu Teófilo Braga. cremos, mesmo, que no meio cultural português o Teatro é género de difícil adaptação e vida, desde que não satisfaz às necessidades do espírito popular. Três épocas notáveis se distinguem na História do nosso Teatro — a de Gil Vicente, a de António José da Silva e a de Garrett, com os seus continuadores. As duas primeiras feneceram com a morte dos dois autores. A última, mais duradoura embora, veio, afinal, pouco a pouco esmorecendo, a cair também nesta «apagada e vil tristeza». E quem, como Garrett, com ensanchas para dramaturgo e comediógrafo?

Cremos, pois, são exageradas e muitas vezes injustas, como escrevemos acima, as críticas de muitos dos nossos escritores às Academias particulares.

Não podemos deixar de reconhecer que várias dentre elas foram de baixo nível e de limitada influência nos centros populacionais onde actuaram. Precisamos, porém, de pôr em destaque que o nível cultural das populações nem foi, nem é, nem pode ser igual em todas as localidades dum país. Quanto mais culto era o meio e mais distintas as personalidades que constituíam uma Academia, sob o ponto de vista intelectual e moral, tanto maior foi o relevo que ela tomou e a acção salutar com que influiu nesse meio e, até, no próprio país. É evidente que ninguém poderá querer exigir dos académicos da *Academia dos Unidos*, de Torre de Moncorvo, apesar do valor intelectual de vários dos seus membros, uma acção intelectual e uma influência no desenvolvimento das letras, das artes, ou das ciências, como as que tomaram a Academia Real de História ou a Real das Ciências.

Devemos ser justos na crítica e reconhecer que tanto as mais pobres como as mais ricas na acção, correspondendo a um anseio, dos que se agremiavam, de manterem e elevarem a sua cultura, de investigar, de produzir obras úteis que os valorizassem e à Nação portuguesa, agiram na conformidade dos seus pensamentos criadores e, segundo as suas posses, cumpriram honradamente a missão imposta. Se diversos trabalhos são de pouco mérito, mesmo assim a sua elaboração obrigou os autores a investigações ou a estudos que os ilustraram e satisfizeram as necessidades do seu espírito. Reunindo-se e conversando, estudando e discutindo, aceitando os problemas propostos, por vezes tão curiosos e despertadores de manifestações de talento, e preparando a defesa das suas proposições, poetando e prosando, dando, numa palavra, largas a todas as possíveis manifestações intelectuais, as Academias e os seus académicos descobriram, ensinaram e aprimoraram engenhos, fizeram maior a vastidão dos conhecimentos de cada um, desenvolveram a arte da oratória e tiveram papel de alto valor no aperfeiçoamento da linguagem. Como escreveu José Silvestre Ribeiro no seu *Juízo Crítico*, «ainda quando as Academias particulares não tivessem outra vantagem mais do que a de inspirar a sociabilidade, gerar o amor

do trabalho e fazer criar gosto pela cultura do espírito, ainda em tal caso seriam elas um instrumento de civilização» (1).

Acrescentemos a este já de si elevado mérito, o de constituírem, as do século XVIII, elementos salutarres de reacção contra o formalismo gongórico e o hespanholismo.

Um facto se destaca na análise da relação de Academias: depois de Lisboa e do Porto, é Guimarães uma localidade onde elas foram mais numerosas e isso mostra claramente que a cidade sempre concedeu toda a atenção e dedicou o mais alto interesse à cultura do Espírito. Assim seja sempre, para seu orgulho e glória do seu brasão.

O Códice

O códice que reproduzimos é o Códice 7 da magnífica Colecção Pombalina da Biblioteca Nacional de Lisboa. Escrito com letra do século XVIII, em bom papel e bem encadernado, acha-se em bom estado de conservação. É, evidentemente, obra dum copista daquela época, a quem foi incumbida a tarefa de reunir em volume todas as produções literárias escritas para abrilhantar a sessão. Em virtude de alguns deslizes de concordância que o leitor notará e facilmente remediará, mas que a fidelidade da cópia não permite corrigir, parece poder-se concluir que o copista não seria um literato, ou que as diferentes peças não sofreram, por parte dos seus autores, uma revisão que as castigasse, aprimorando-as. Na cópia, que fizemos, do Códice, permitimo-nos actualizar a ortografia e a pontuação, para maior facilidade da leitura e porque o pensamento que nos orientou é mais reproduzi-lo nas páginas desta *Revista*, por ser

(1) Sobre Academias particulares portuguesas, além dos autores atrás indicados, pode ver-se: de Luís Augusto Rebelo da Silva, *A Arcádia Portuguesa*, nos «Anais de Ciências e Letras», ou em «Estudos Críticos»; de Francisco Freire de Carvalho, *Primeiro Ensaio Sobre a História Literária de Portugal*.

assunto que respeita à História da Cidade, e torná-lo conhecido, do que fazer uma reprodução fac-similada.

Parece fora de dúvida que quem promoveu a realização da Academia foi Francisco Joaquim Moreira de Sá, que devia figurar de Secretário, em cuja casa seria levada a efeito e, principalmente, por ser por ele dedicada a Luís Maria de Saldanha Oliveira e Sousa, Dom Prior da Insigne e Real Colegiada de N.^a S.^a da Oliveira, no soneto que abre o Códice.

Foi ele, portanto, quem devia ter convidado o Presidente e os restantes académicos, cujo número não é possível fixar, mas que seria grande a julgar pela fidalguia e aparato com que Guimarães realiza as suas festas e pela sessão de 1793, embora nem todos pudessem ter tarefa; o Códice não contém outras indicações de programa além das produções literárias. Também é de supor fosse o mesmo secretário da Academia quem, apesar desta se não ter efectuado, fez reunir as respectivas peças literárias e copiar e encadernar em volume, que pelo Dom Prior de Guimarães deve ter sido remetido ao Marquês de Pombal, já então no termo da sua carreira, que findou com o falecimento do rei em 1777, como meio de provarem todos a Sebastião José e sua família o bem querer dos académicos, seus amigos e admiradores. Com a oferta da *Pombalina* ao Estado pela família Pombal, o manuscrito veio a constituir o Códice 7.

A Academia era feita em obediência a todos os Cânones académicos. A seguir à dedicatória insere o Códice os *Assuntos* a desenvolver pelos académicos, entre os quais um *Problema*, que se desdobra em duas teses; um *Assunto libre*, um *Assunto ligado* para soneto (um mote) e uma *Quadra*.

Defenderiam as teses derivadas do problema o desembargador António Martinho da Silva Queirós e Francisco da Silva Queirós e Vasconcelos. Os outros académicos, participantes da Academia, eram, além do Presidente e do Secretário, já mencionados, António da Cunha Rola Pereira de Sampaio, Albino de Sousa Coelho, António de Sousa Coelho de Almeida, José Soares de Lima Brandão, Inácio Carva-

lho da Cunha, arcepreste de Guimarães, e Paulino António Cabral de Vasconcelos, abade de Jazente.

Tanto o discurso de abertura, pelo P.^e S. Bernardino, como os dos dois *problemáticos*, são verdadeiras apologias da obra do marquês de Pombal. Por vezes, pela sua leitura, se nos podem afigurar de servis louvaminhas. Convém, por isso, esclarecer que em todo o país o marquês de Pombal tinha devotados amigos e sinceros e convictos admiradores da obra reformadora do reinado de D. José I. Muitos deles permaneceram fieis mesmo depois da queda do colosso e sofreram desgostos por essa fidelidade, como o P.^e José de S. Bernardino e o abade de Jazente, que podemos citar como exemplos dentro os conhecidos. Eram os académicos pessoas que liam os livros de França, de espírito desempoeirado e francamente enquadradas no benéfico movimento reformador. As produções literárias desta Academia estão de harmonia, pois, com os sentimentos políticos e a formação espiritual dos seus autores.

O P.^e S. Bernardino, quanto à legislação portuguesa, por exemplo, aponta e verbera os prejuízos daquela por que antes da reforma pombalina e quase desde os primórdios da Monarquia se regia o País, defeitos que, afinal, só vieram a desaparecer com a adaptação dos Códigos napoleónicos à nossa legislação cível e penal, feita pelo liberalismo. O reitor de Celeirós aprecia as reformas, mostrando estar ao par do seu valor e da sua essência e vantagens e é verdadeiro quando afirma que o marquês «trabalhou sem fraqueza e se consagrou todo ao rei e ao povo». Facto idêntico sucede com o desembargador Queirós.

Quando o P.^e S. Bernardino alude às forças contrárias ao desenvolvimento e aplicação das reformas, com o que feria os inimigos de Sebastião José, fá-lo como amigo do marquês que não quer perder um ensejo de verberar os adversários deste. E quando ele, e outros, se referem ao «rico tesouro das gerações futuras», pretendem pôr em destaque o desejo de que o Marquês de Pombal tenha sucessão por parte do filho segundo, cujo matrimónio se comemorava, porque o primogénito, Conde de Oeiras,

Henrique de Carvalho e Melo, a não tivera e se extinguiria a linha directa da sucessão. Há a preocupação, em quase todos os académicos, de fazer alusão à «promessa de mais ampla posteridade» e refletem, assim, a preocupação da família do Marquês e dos seus amigos, por não haver ainda descendência na linha directa masculina.

Ainda o desembargador Queirós faz destacada referência à inveja como uma causa dos despeitos e ódios ao Marquês de Pombal: «medi a grandeza da inveja com que será visto». E, quando fala na sedição domada, refere-se aos atentados e perturbações provocadas pelos elementos da nobreza e do clero, que faziam parte do numeroso partido da opposição, talqualmente nós hoje mencionamos os atentados e provocações contra a ordem pública e a segurança do Estado.

Nos seus discursos, o presidente da Academia e o desembargador pretendem esboçar um quadro das duas épocas — a do governo do primeiro ministro de D. José e a que a antecedeu. Tais documentos são também novos elementos de prova do estado do país antes e depois das reformas.

Nota-se ainda, pela leitura das peças do Códice, que os académicos, prosadores e poetas, eram pessoas eruditas, evidentemente em diverso grau; sabiam latim, que falavam e escreviam com razoável elegância, conheciam bem a História Antiga e de um modo geral, mais ou menos profundamente, a História da Civilização, em condições de as citarem, com propriedade, quando o ensejo se oferecia, mesmo metaforicamente; manejavam a Fábula, exerciam a Alegoria, nomeavam as Ciências; porque eram versados nos clássicos, escreviam com elegância um português puro, castiço, não mesclado de peregrinismos, como sucede tantas vezes hoje em dia, que tão lamentavelmente tem deperecido o gosto pelas belas letras, no grande público como, até, nas classes elevadas; adjectivavam com propriedade e conheciam as qualidades da língua, para as cultivarem com esmero e os vícios opostos, para os desprezarem; o seu discurso, ou as suas formas poéticas, são povoadas de belas imagens e não desmerecidos por confrangedora

chateza; era-lhes familiar a Filosofia e o contacto com os grandes Mestres da Antiguidade Clássica; primavam pela independência intelectual, sem subordinação a qualquer escola ou, como Paulino Cabral, pertenciam ao grupo dos Independentes; sabiam usar com elegância das figuras, tanto das de palavras como das de pensamento, que dão vigor e graça ao estilo, para o enfeitar e enriquecer. Sob o ponto de vista sintático, os académicos, Queirós por exemplo, guardavam os preceitos do clacissismo, usando por vezes de construção alatinada; e a sua convivência usual com os clássicos revela-se a cada passo. Em S. Bernardino Botelho, como em Francisco da Silva Queirós é visível a influência camoneana. Na «*Restauração do Parnaso*», de bom sabor Arcádico, em que, com a restituição de Apolo ao Parnaso e a expulsão, dali, de Bugio, exalta o restabelecimento do metro sublime e soleniza o regresso às formas poéticas puras, o P.^e S. Bernardino Botelho mete também a rídículo costumes e usos do século XVIII, na fala de Apolo Bugio da Cena 2.^a.

Usaram os académicos, além do verso solto, desde a quadra à décima, diversas formas de rima, o soneto, o epitalâmio, a ode; e produziram algumas excelentes poesias. A sua obra merece sair do ineditismo em que até hoje se achou e a que a havia relegado a morte do rei e a queda do Marquês de Pombal.

Em resumo: com a reprodução do Códice 7, cremos não só patentear o elevado grau de cultura das sociedades vimaranense e bragueza no século XVIII, mas também fornecer uma contribuição apreciável para o estudo imparcial, por fazer, ainda que o não pareça, da brilhante época pombalina.

Elementos para as biografias de alguns académicos

Apesar das muitas diligências que realizamos para obter dados biográficos de todos os académicos, para o que incomodamos amigos e conhecidos que nos ajudassem a descobrir as pessoas que os possuí-

sem, ou as estâncias onde se pudessem colher, não o conseguimos, tencionando, porém, continuar as pesquisas para que, mais tarde embora, o trabalho possa ser aperfeiçoado. Começaremos pelo

P.^o JOSÉ DE S. BERNARDINO BOTELHO

Foi filho de José Bernardo Pessoa, cavaleiro da Ordem de Santiago e de D. Clara Josefa Seabra do Amaral. Nasceu em Lisboa em 20 de Maio de 1742. O pai foi capitão-mór e governador do forte de S. António de Garupá, no Pará. Estudou em Lisboa os preparatórios e foi admitido na Congregação dos Loios, cónegos seculares da Ordem de S. João Evangelista, onde permaneceu talvez até ser nomeado abade das freguesias de Celeirós e Vilarinho de S. Romão, no Concelho de Sabrosa, comarca, distrito e bispado de Vila Real. As freguesias de Celeirós e Vilarinho eram curato da apresentação do reitor dos frades Loios do Porto e mais tarde foram reitoria. As duas freguesias distavam cerca de 2 quilómetros uma da outra e vieram a pertencer à diocese de Braga. A sua importância variou com o rodar dos anos. Em 1706, Vilarinho ainda era vigairaria da apresentação do reitor dos Loios e em 1768 apenas curato da apresentação do reitor de Celeirós. Eram freguesias rendosas e Vilarinho, nas margens do Rio Pinhão, considerada uma das mais ricas da região. Por isso, o P.^o S. Bernardino devia viver com abundância. Não pudemos apurar, apesar de várias diligências para isso, quando foi empossado neste curato nem quantos, dos 35 anos que exerceu o múnus paroquial, se demorou pelas terras de Trás-os-Montes. O Códice 7 dá-o como reitor de Celeirós em 1776. Em 1787, conforme a declaração constante da edição da *Oração fúnebre de D. José I*, era prior da Colegiada de Santa Maria de Torres Novas; mas em 1893 já se intitulava abade de S. João de Gondar, tendo nesse ano, como vimos, presidido à Academia que se realizou em Guimarães. Aqui se deve ter conservado até aos anos de 1802 em que

conseguiu ser nomeado cônego da Patriarcal de Lisboa, cidade onde faleceu em 23 de Novembro de 1827. O Padre José de S. Bernardino, orador, prosador, poeta e filósofo de merecimento, foi um dos grandes amigos e admiradores do Marquês de Pombal e da obra reformadora de D. José I e do seu ministro, a quem sempre exaltou. Como Académico, pertenceu ao número dos partidários da reacção contra a influência do gongorismo na nossa literatura, pronunciando-se abertamente pelo regresso ao classicismo, em que era versado.

Pessoa de relevo intelectual, o liberal P.^e José de S. Bernardino, homem afecto às ideias novas, foi um adepto do iluminismo; denunciado ao Tribunal do Santo Officio de Coimbra, como tal e como maçom, foi por este processado em 1792. Libertou-se, porém, das garras da terrível Inquisição justificando-se, o que lhe foi relativamente fácil por ser bom teólogo.

Teve uma filha natural, que se chamou Cândida Filotea Botelho, que reconheceu e veio a casar, em 1816, com o então Tenente de Artilharia António Pinto da Fonseca Neves.

Não se conhecem elementos iconográficos seus para se lhe poder delinear o retrato físico. Sob o ponto de vista intelectual já dissemos o bastante, e ele próprio tinha a consciência do seu valor. Talvez por cumprir o preceito socrático — *nosce te ipsum*, tivesse feito repetidas análises introspectivas para se convencer de que não exagerava quando, em 1798, ao pedirem-lhe um retrato seu para ser gravado na oficina do Arco do Cego, solicitou que lhe subscrevessem o nome com a inscrição — *Filósofo, Teólogo, Orador e Poeta*. (1)

Quanto ao moral, foi acusado de duplicidade de carácter pelo P.^e José Agostinho de Macedo; porém a falta de autoridade do panfletário, assim vigoroso como rancoroso e impúdico, acautela-nos contra a acusação.

(1) *Diccionario Portugal*, nome respectivo.

Vem ela no poema de Macedo, *Os Burros*, nos seguintes versos, ao referir-se aos Cónegos da Sé de Lisboa:

Os cónegos da Sé, de chouto avançam;
Nem um de pele branca ali faltou
Tudo a eito marchou de cruz alçada
C'o a salmeante bôca, olho na ,
Quais os vemos entrar na quadratura
Sorvendo incenso, maldizendo o erario,
Que a mezada pingússima retarda.

.

À esquerda vai S. Bernardino, e tapa
(Todo o ar lhe faz mal) c'um trapo a bôca;
Pregador da Morgada de Oliveira,
Soletrando no pulpito as virtudes
Da inocente mulher no rol secante
De cinco folhas de papel e meia
Que do thoro fiel rezava os feitos:
Arvoradas nas mãos trás odes duas
Uma ao Príncipe Augusto, outra aos franceses
Que a joia donde venta larga as velas.

José Agostinho não pôde deixar de pôr em relevo, contra ele, a acusação de partidário do Marquês de Pombal nem lhe poupou o remoque da intimidade com a família do Marquês no verso «pregador da Morgada de Oliveira», que era D. Maria Amália de Carvalho e Daun, 3.^a filha do 1.^o Marquês de Pombal, que casou com o 16.^o Morgado de Oliveira, João Vicente de Saldanha Oliveira Juzarte Figueira e Sousa, elevado a Conde de Rio Maior por Decreto de 19-11-1802. Este, então, Morgado de Oliveira, era irmão do D. Prior do Guimarães, a quem se dedicava a *Sessão Académica* do Códice 7 e, por falecimento de D. Maria Amália, foi o P.^e S. Bernardino quem prêgou a *Oração fúnebre* das suas solenes exéquias na igreja de S. Pedro de Alcântara, em 15 de Outubro de 1812.

Ainda neste ano, em que o país desejava ardente e patrioticamente a derrota de Napoleão, e neste panegírico da 1.^a Condessa de Rio Maior, que apenas por dez anos gosou o título, o P.^e S. Bernardino corajosamente aproveitou o ensejo para destacar o Marquês de Pombal, ao falar dos pais da morta,

chamando-lhe, herói político, como no discurso de abertura da gorada *Academia* de 1776: «D. Leonor Ernestina, unida pelo céu ao herói político, alma e direcção do felicíssimo governo de D. José I, ao grande Marquês de Pombal, viram realizar nesta amável Filha as últimas benções do seu venturoso matrimónio». É evidente que, embora se reconheça a facilidade com que o cônego S. Bernardino oferecia as suas obras literárias a príncipes e titulares, a insinuação do P.^e Macedo é mais do que insuficiente para definir um carácter. E devemos pôr em relevo que de muita consideração devia S. Bernardino gozar, no país e principalmente em Lisboa, grande devia ser o seu prestígio intelectual e moral para que José Agostinho apenas pudesse agarrar pelos cabelos, para o deprimir, o pobre e mesquinho assunto das «duas odes».

Quando comparamos esta simples insinuação ao Cônego S. Bernardino, que lhe respondeu na carta final do *Discurso sobre o abuso das paixões*, com a virulência espantosa e indecente dos ataques do P.^e Macedo a outras entidades, podemos concluir que ele não tinha telhados de vidro e pelo seu porte se pode inferir do carácter, aliás evidenciado pela sua carreira ascensional no sacerdócio.

É vasta a obra literária do Cônego José de S. Bernardino, que certamente se não limitou às produções editadas. Orador sagrado, muitos deviam ser os sermões que ficaram inéditos — como inédita, até agora, a sua intervenção na *Academia* do Códice 7 — pregados durante as várias dezenas de anos (pelo menos 35) em que exerceu o múnus sacerdotal como reitor de Celeirós e Vilarinho, abade de S. João de Gondar e prior em Torres Novas.

Publicaram-se as suas seguintes obras em verso:

— *Ecloga pastoril de Frondoso e Albina*, Lisboa 1771.

— *Sobre a fundação da nova Universidade de Coimbra*, por ocasião da reforma da mesma, cujo começo de celebração foi em 26 de Setembro de 1777, para comemorar este importante e revolucionário acto das reformas de D. José I e do seu ministro, que já anteriormente havia restabelecido o ensino das línguas clássicas em Portugal.

— *Epístola ao sereníssimo Senhor D. José, Príncipe do Brasil*, 1788, em honra deste príncipe.

— *Ode ao feliz governo do Príncipe Regente*, 1800.

— *Ode ao Príncipe Regente*, 1802, feita e oferecida para celebrar o nascimento do infante D. Miguel.

— *Sonho poético*, 1802, em honra do casamento de D. Luís Machado de Mendonça.

— *O Templo da Glória*, 1802, escrito para comemorar o aniversário natalício do Príncipe Augusto Frederico, de Inglaterra.

— *Ode*, dedicada ao mesmo príncipe, 1803.

— *Hino à saúde*, 1804, oferecido também ao anterior, em honra do seu aniversário.

— *Aos Elísios*, epístola dirigida ao 1.º Conde de Rio Maior, 1805.

— *O Templo de Himeneu*, escrito para ser cantado por ocasião do matrimónio de D. Maria Inácia de Saldanha Oliveira e Daun com D. Luís da Costa de Sousa de Macedo, 1807.

— *Profecia política*, acerca de Wellington, 1811.

— *Discurso em verso sobre o uso das paixões*, dedicado a D. Maria Isabel Correia de Sá em 1795 e impresso em 1815 juntamente com o *Catecismo da Amizade*; é o que contém a resposta à injúria do P.º José Agostinho de Macedo.

— *O Século do Senhor Rei D. José I*, epístola ao povo português na colocação da estátua equestre, no ano de 1775, por José de S. Bernardino Botelho, então cônego secular de S. João Evangelista e reitor das Igrejas de S. Romão de Vilarinho e Celeirós, actualmente cônego da Basilica de S. Maria Maior de Lisboa, Cavaleiro da Ordem de Cristo, Abade reservatório de S. João Baptista de Gondar, etc. Lisboa, 1821. Nela se declara que a epístola foi licenciada pela Mesa Censória e informa o autor: «Não podendo esperar em Lisboa pela edição, tive ordem para entregar o original ao cuidado do bem conhecido Palhiarini, mas foi o mesmo que se o lançasse ao mar, porque nunca mais tive notícia do seu destino. Agora, quero por meio da sua publicação avivar a lembrança das excelentes cousas que então se fizeram pelo Despotismo de talentos do grande ministro daquele bom rei, a tempo que, por

meio duma Constituição liberal se deseja remediar à espantosa desgraça em que um miserável Despotismo de ignorância e corrupção tinha submergido os estabelecimentos proveitosos daquele glorioso reinado».

É um protesto contra os actos governativos com que se pretendeu aniquilar a obra do governo de D. José I e, ao mesmo tempo, uma apologia da administração do período pombalino:

E José, portugueses, que tem feito
Que tanto amor acende em vosso peito?

Tu, Pombal, de José foste o braço
Fulminam tuas mãos o golpe de aço
Que estes reinos salvou do monstro imundo;
Novo Alcides purgaste a Europa, o Mundo
Destas hidras crueis

— *Ode*, oferecida ao Príncipe Regente no seu aniversário natalício, 1813.

— *O Condestável D. Nuno Alves Pereira*, 1803.

Também lhe é atribuído o poema épico, em 6 cantos, intitulado *Fariade*; canta a reforma da Universidade de Coimbra por Baltasar de Faria, sob D. João III. Como Baltasar de Faria é contado entre os antepassados do Marquês de Pombal, esse poema, escrito em versos endecassílabos, ora soltos ora rimados, é considerado a melhor das suas produções poéticas. Ficou manuscrito e deve ter sido sugerido pela reforma da Universidade sob D. José I.

Deste poema escreveu Inocêncio ⁽¹⁾ ter examinado um exemplar, manuscrito, que indicava haver sido o próprio oferecido ao Marquês de Pombal e pertencia então a F. de P. Ferreira da Costa, que o comprara, em 1836, na feira do Campo de Santa Ana (Feira da Ladra). Há notícia doutro exemplar que pertenceu ao Comendador Francisco José Maria de Brito.

Por sua vez Brito Aranha, erudito continuador da obra de Inocêncio, transcreveu alguns excer-

(1) *Dicc.º Bibliográfico*.

tos do começo. Como hoje o poema se considera totalmente desaparecido, julgamos a propósito dar dele aqui uma amostra, copiada dos excertos de Brito Aranha:

Não canto aqueles homens orgulhosos,
Da humanidade algozes horrorosos,
E da espécie infeliz destruidores,
Que fundando em ruínas vão louvores
Das alheias desgraças fabricaram
As fortunas, a glória que compraram;

.....
Minha Musa pacífica abomina
O génio fero, atroz, que Homero ensina
A fazer em seus versos gloriosa
A cólera de Aquiles pernicioso:
Ama os justos heróis à sua pátria
Leais, fiéis ao rei, que nascer fazem
Virtudes sociais, da paz no seio:
E eleva-me a cantar o incorruptível
Baltazar de Faria

.....
Carvalho (1), ouvi meus versos; e entretanto
Que a vossa mão robusta e criadora
Triunfante da Intriga abraza, e corta
As últimas cabeças da hidra impura (2)
Que infestava há dois séculos o mundo,
E fundais o padrão desta vitória
Levantando a ciência submergida,
Dando às Letras extintas nova vida,
Protegei um poema, consagrado
De vosso quinto avô ao nome honrado:
.....

Acrescentaremos agora a estas obras que se conhecem por terem sido impressas as que constam do códice 7:

— *Epitalâmio aos Condes da Redinha*, 1776.

— *O Verdadeiro Apolo*, ou Restauração do Parnaso, 1776.

Escreveu em prosa:

— *Oração fúnebre do mui alto, poderoso, fidelíssimo rei e Senhor nosso, D. José I*, por José de S. Bernardino Botelho, reitor, nesse tempo, das igrejas de S. Romão de Vilarinho, Celeirós e suas

(1) O Marquês de Pombal.

(2) A Companhia de Jesus.

anexas e agora Prior da Colegiada de S. Maria de Torres Novas, pronunciada nas exéquias na Real Colegiada de N.^a S.^a da Oliveira de Guimarães. Lisboa, 1787. Dedicada a D. José, Príncipe do Brasil.

Estas exéquias, mandadas celebrar pelo D. Prior da Colegiada de N.^a S.^a da Oliveira, Luís Maria de Saldanha Oliveira e Sousa, logo depois da morte do rei, foram uma das várias manifestações de sentimento que pelo falecimento de D. José I se realizaram em Guimarães.

Começa esta oração:

*«Quam magnus, qui invenit sapientiam!
Sed non est super timentem Dominum.*

Nestas palavras me parece descobrir, Senhores, todo o motivo das nossas lágrimas e da nossa saudade.

Nós choramos a perda dum monarca justo, pio, magnanimo, a quem todos os povos e nações da terra conhecem e respeitam como grande pela sabedoria...».

Passa em revista todo o reinado do rei Reformador e, ao terminar, diz: «povos do universo, vinde ver morrer este rei sublime que tirou Lisboa das ruínas, adiantou a agricultura, promoveu o commercio, fez crescer as artes, protegeu as ciencias, amou o seu povo... perdoando, finalmente, como Cristo, aos que o tivessem ofendido».

— *Oração fúnebre* do Sereníssimo D. José, príncipe do Brasil. Foi pronunciada em Torres Novas em 1788, por ocasião das solenes exéquias que o senado da Câmara da vila mandou celebrar e editado em Lisboa no mesmo ano.

— *Oração fúnebre* de D. Maria Amália de Carvalho e Daun, 1.^a Condessa de Rio Maior, pronunciada na igreja de S. Pedro de Alcântara, Lisboa 1812.

— *A Salvação de todos os inocentes* pela redenção de Jesus Cristo, Lisboa, 1822. O livro circulou durante dois anos sem oposições até que, em 28 de Janeiro de 1824 e ainda neste mesmo ano também, o Patriarca de Lisboa e a Congregação do Index proibiram a sua leitura.

Além destas obras escreveu muitas outras poesias e alguns dramas que não chegaram a ser impressos; entre aquelas, a Ode intitulada «*Por ocasião do nascimento do Infante D. João, fiador do Trono português*». É de onze sextilhas, que rimam apenas nos dois últimos versos.

Acrescentaremos aqui, constando do Códice 7, o *Discurso de abertura* da Sessão Académica de 1776.

PAULINO ANTÔNIO CABRAL

É também conhecido por Paulino António Cabral de Vasconcelos. Júlio de Castilho ⁽¹⁾ afirma que o nome que lhe foi atribuído pelos editores antigos e por Inocêncio tem a mais o apelido Vasconcelos; «em nenhum dos documentos examinados se encontra e as assinaturas autógrafas não resam Vasconcelos, devendo ter sido introduzido no termo de óbito, donde provém, pelo pároco que o escreveu, por engano ou má informação». Fidelino de Figueiredo ⁽²⁾ repete esta afirmação de Castilho. No Códice 7, ao mencionarem-se os dois sonetos com que concorreu à Sessão Académica de 1776, portanto ainda em sua vida, dá-se-lhe o nome de Paulino Cabral de Vasconcelos, o que, em contrário das duas opiniões citadas, indica que também era conhecido por Vasconcelos, pelo menos 13 anos antes da sua morte, em Novembro de 1789.

Nasceu a 6 de Maio de 1719 na quinta do Reguengo, nas proximidades de Amarante, filho do médico Dr. João Cabral Moreira e de D. Ana Cerqueira Pereira. Formou-se em Direito Canónico na Universidade de Coimbra.

Depois de viúvo, o pai ordenou-se e foi notário do Santo Ofício. A mãe era também excessivamente

(1) *Poesias*, de Paulino António Cabral, revistas e anotadas por Júlio de Castilho, 1909.

(2) Fidelino de Figueiredo, *Hist. da Lit. Clássica*, 3.^a época, pág. 252, nota (1).

religiosa. Foi neste ambiente doméstico que decorreu a infância e a juventude de Paulino, ambiente que, junto ao do grandioso, mas severo Marão, tanta influência tiveram, um e o outro, no seu espírito, fazendo dele um misantropo. Concluída a formatura, regressou ao lar paterno, onde se exacerbou o seu temperamento melancólico no seio duma vida familiar trivial e sem relevo. Pouco tempo depois, em 1748, foi nomeado interinamente prior de Santa Maria de Jazente, supõe Júlio de Castilho que talvez por doença do abade, P.^e Caetano de Azevedo Pereira, que morreu três anos depois. Posta a concurso a igreja em 1752, Paulino concorreu e foi nomeado por ser «o mais digno e idóneo» (1). Foi colado em 22 de Fevereiro de 1753, depois de recebida a bula confirmativa da sua escolha.

Convinha-lhe a abadia, que era rendosa e ficava situada perto do Reguengo e de Amarante.

Ali exerceu o múnus eclesiástico durante 31 anos, até ser substituído, em 21 de Janeiro de 1784, ano em que foi obrigado à situação de reservatário. Sofria do estômago e a doença, progredindo, tomou tal feição que expelia quanto ingeria, como declara Júlio de Castilho, que penosamente colheu acerca dele dados biográficos até então desconhecidos; e «a sua última assinatura no cartório de Jazente é de 10 de Agosto de 1783». Ficou, desde então, a receber do novo prior a pensão de 195\$00 (a freguesia rendia 300\$00) e foi viver para Amarante, segundo Castilho, para o Porto segundo outros, mas mais provavelmente para Amarante se atendermos às boas fontes de informação de Castilho. Afastou-se das funções abaciais com grande mágoa sua e pelo longo período em que as exerceu tornou-se conhecido pela autonomasia de «abade de Jazente».

Paulino era grande amigo e admirador do Marquês de Pombal, a quem defendeu sempre, mesmo após a sua queda e, desde então, arrostando com as iras dos numerosos e encarniçados inimigos de Se-

(1) Júlio de Castilho, *op. cit.*

bastião José, o que lhe causou não poucos desgostos. Manteve-se, porém, a despeito de tudo, sempre firme e constante na sua amizade e na defesa do ministro perseguido e caído em desgraça perante o trono.

No Reguengo, Paulino dedicou-se à agricultura; era um meio de se distrair, ele que com dificuldade se resignava ao aborrecimento de viver.

Assim o mostra, entre outras passagens, nos sonetos «O Lavrador» e «Solidão na Aldeia» que principiam, respectivamente:

É rude o lavrador; mas felizmente
Com ideias subtis nunca excogita
Se há mais mundos do que este onde habita;
Se animais neles há, se neles há gente.

.....

Depois que desta aldeia no retiro
A vide podo; enxerto o catap'reiro,
Cultivo o meu casal, e do ribeiro
Eu mesmo as águas para o campo tiro;

.....

Era-lhe pesada a solidão do meio em que vivia e denunciava a sua neurastenia e tristeza:

Na Solidão

Brutos penhascos, rústicas montanhas,
Medonhos bosques, horrída mateza,
Que me vedes, coberto de tristeza,
Saudozo habitador destas campanhas,

.....

Quando a solidão das suas serranias se lhe tornava insuportável, para matar os aborrecimentos e se curar dos desesperos que dele se apossavam, descia frequentemente até ao Porto, onde tinha amigos e muitos admiradores do seu estro, e frequentava o Paço episcopal; lá, o bispo D. José Maria da Fonseca e Évora, a quem foi oferecida a 2.^a edição do *Catálogo dos Bispos do Porto*, e também escritor vernáculo, seu amigo e seu protector desde os

tempos de estudante, usava dar reuniões nas quais se poetava e se discutiam assuntos diversos e Paulino se distinguia. O carácter dessas reuniões, em que se conversava com elegância e se prestava intenso e elevado culto às musas, era tal que Paulino as designava por «A nossa melhor Academia».

Mas não tardava, na cidade da Virgem, também a oprimi-lo o aborrecimento que quase constantemente o dominava e que oferece um permanente contraste com o satirismo da sua veia poética; chocava-o ver o Porto já afrancesado, invadido pelos costumes estrangeiros, que sinceramente aborrecia e, então, lá regressava à paz e ao sossego da sua aldeia:

Adeus ó Porto, adeus; fica-te embora,
Que eu já não posso mais; porque me cansa
Tanto chá, tanto whiste, tanta dança,
E tanta cousa mais, que calo agora.

Não era há pouco assim; tudo empeora;
O bem se acaba, o mal raízes lança;

.....

Entre os seus amigos devotados contavam-se também o abade de Polvoreira, a quem consagrou várias das suas poesias e Teodoro de Sá Coutinho, entidade com quem sustentou uma jocosa discussão poética acerca das idades de cada um. Também era seu amigo o Arcebispo de Braga, D. Gaspar, que muito o considerava. Paulino Cabral foi essencialmente sonetista, forma poética sua preferida e com a qual marcou uma posição de relevo no mundo das Letras como poeta jovialmente satírico, de risonha e leve causticidade, equiparado a Nicolau Tolentino, embora este, mais observador e vivendo noutro meio, que lhe espreitava a bossa poética, tivesse melhores incentivos e modelos do que o solitário poeta do Marão, apresentando as suas descrições caricaturais mais generalizadas e sendo muito mais mordaz do que Paulino.

Talvez por isso mesmo Paulino Cabral foi mais sinceramente estimado pelas pessoas de sua convivência, tanto no meio amarantino como no portuense.

Paulino, dominado por um louvável e são portuguesismo, adorava as antigas virtudes e a velha simplicidade dos costumes portugueses que tanto sentia no seu Marão, e nunca perdia a ocasião de o manifestar satirizando os modos e os procedimentos que os abastardavam, como sucede nos sonetos:

Contra os costumes do século

Tem hoje a nossa língua tal decencia
Que nada sem decoro pronuncia;
De um mísero Você faz Senhoria,
De uma Vossa Mercê faz Excelencia
.....

Costumes do tempo

Ide, damas do Porto, ide ao passeio,
Ao teatro, ao café, ao jogo, à dança;
Deixai-vos ver, enchei-vos de esperança;
E sede doce objecto ao vosso enleio.
.....

Sátira às modas

Uma mulher de bem, em outra idade,
Raras vezes em publico se via;
Hoje se mostram todas, que seria
O nunca aparecer rusticidade;
.....

Contra os costumes

Oh! mal haja de França a habilidade
Que assim nos impingiu os seus costumes
Nas merendas, nos jogos, nos perfumes
Com que vai estragando a mocidade.
.....

Também não poupava os da sua classe, objectivando e ferindo com epigramas os eclesiásticos janotas e almiscarados, frequentadores de *outeiros* e aba-

dessados, cujo janotismo desdizia completamente da solene gravidade sacerdotal e a ofendia:

A certo eclesiástico tendo um cravo no peito

Tendes o cravo no peito;
O lugar improprio é;
Pois se o tivesses no pé,
Era o lugar mais perfeito
Não julgueis que o meu conceito
Vos faz a menor censura,
É só com doce brandura,
E sem vos fazer agravo,
Dar-vos pancada no cravo,
Sem tocar na ferradura.

Se vivesse hoje em dia, que os bons e são costumes portugueses tanto de nós se afastaram que são já saudade, postergados e vencidos pelos dos estrangeiros, apesar de menos belos e menos dignos, que o mau gosto nacional sempre imita e prefere ao que é seu e admirável, que de assuntos ele não teria a acicatar-lhe a satírica inspiração, para ralhar poetando!

Salienta Fidelino de Figueiredo que dos seus sonetos há dois que merecem especial referência; um por ser uma repetição do tema e processo camoneano, o soneto «O que é o Amor»:

Amor é um arder, que se não sente;
É ferida, que doi e não tem cura;
É febre que no peito faz segura;
É mel, que as forças tira de repente.

.....

O outro, por lembrar, com um tema de Sá de Miranda, o envelhecer com a alternância das estações, o soneto *Primavera dum velho*.

Fez vários sonetos ao seu amigo, o Marquês de Pombal, entre os quais um quando se erigiu a estátua equestre, outro intitulado—*A um ministro*—, outro quando do acto da reforma da Universidade

de Coimbra, em que revela plenamente a sua dedicação e consagra o Ministro.

Finalmente, despede-se dele no soneto ao seu enterro:

Descansa em paz, ó Marquês, e afronta ousado
Da fria sepultura a escuridade;
Que a ser do Elísio, o que se diz, verdade,
Inda nele o teu rei te oferece o lado.

.....

Também manifestou a sua amizade e gratidão ao Primaz de Braga, D. Gaspar, dedicando-lhe vários sonetos, um dos quais aos anos do prelado; fez outro ao nascimento do primogénito de Teotónio Manuel de Magalhães e Azevedo, de quem foi padrinho o mesmo Antístite bracarense; e, ainda, se preocupou, em três sonetos, com a supressão do bispado de Penafiel.

Escreveu também — *Verdades Singelas*, onde se nota uma elevada inspiração; *O Pomo de Ouro*, drama para se representar na eleição de D. Leonor do Cenáculo de Almeida e Carvalhais para abadessa do convento de franciscanas de Santa Clara, de Amaranthe; *Ao Terramoto de um de Novembro de 1755*, romance fúnebre em que celebra o cataclismo terrível que assolou Lisboa; e um romance dedicado à Condessa D. Constança Luíza Monteiro Paim, filha de Roque Monteiro Paim, que foi Secretário de Estado de D. Pedro II.

No Códice 7 figuram dois sonetos seus, com que concorria ao certamen literário vimaranense, um que começa:

Deixa os grilhões, Amor, com que tirano

e o outro, que principia por:

Melhorou-se de sorte a nossa idade.

Ao primeiro destes sonetos vimo-lo reproduzido na edição das suas poesias prefaciada por Júlio de Castilho, de 1909, sob o título — *A um casamento*,

porém com numerosas alterações como se poderá verificar cotejando-o com o do Códice. Por isso o reproduzimos:

Guarda, Amor, os grilhões, com que tirano
Fazes que o mundo a liberdade chora;
Grilhões que não sacode a planta fora,
Se acaso lhos não rompe o desengano.

Fabrica outras prisões, que o seio ufano
Para os esposos, que feliz adora,
As de ferro não sofre, que até agora
Te bateu Bronte e retorceu Vulcano.

Quebra os cordeis enfim: e neste dia
Mostra que um doce laço te engrandece
Mais que os baraços, que o rigor te fia;

E no excelso himeneu, que te enobrece,
Deixa ver que em lugar da tirania,
Hoje os laços de Amor a glória tece.

Está o facto de harmonia com o que atrás afirmamos, que as composições do Códice 7 não foram limadas pelos seus autores. O segundo soneto, até agora inédito, torna-o público a reprodução do Códice.

Mas o que a publicação do soneto *A um casamento* não pôde fazer saber—e isso só agora se torna patente—é que ele foi construído subordinado ao Mote desta Academia

Hoje os laços de Amor a glória tece

e para celebrar o matrimónio do 2.º filho do Marquês de Pombal.

Paulino Cabral foi um poeta que a sua geração e as que lhe sucederam deixaram ingratamente cair no esquecimento porque tem mérito bastante para ser lido e apreciado; bem merece, portanto, ressurgir desse olvido infeliz e impróprio.

A apreciação, que fizemos, do seu valor como poeta, vêmo-la plenamente confirmada por opiniões de doutíssimas autoridades, como Leite de Vasconcelos, que justa e juntamente com Filinto, Tolentino, Xavier de Matos e Tomás Gonzaga, o põe no plano

dos mais respeitados ou apreciados dos autores da sua época, não filiados na *Arcádia Lusitana* ou na *Nova Arcádia* (1).

FRANCISCO JOAQUIM MOREIRA DE SÁ

Pertenceu em vida à aristocrática casa de Sá, que teve origem na mercê, feita por D. Fernando I, em 1383, a Gonçalo Anes de Sá do reguengo de Sá, na freguesia de Santa Olaia, ou Eulália. Ali é o solar de Sá. A freguesia pertenceu ao termo de Guimarães até 15 de Agosto de 1835, sendo depois incorporada no de Barrosas e, em 30 de Junho de 1852, no de Lousada. Ainda hoje a freguesia é conhecida por Santa Eulália de Barrosas.

O Brasão de Armas da casa de Sá foi tirado em 14 de Abril de 1696 e a carta respectiva, passada a favor de Manuel Borges do Couto e Sá, em 18 de Janeiro de 1733, está registada na Câmara Municipal de Guimarães, L.º 3.º, fs. 170. O primeiro Brasão de Armas que tivera a família havia sido concedido a João Afonso de Sá, em 1345.

O verdadeiro nome do biografado era Francisco Joaquim Moreira Carneiro Barreto Borges do Couto e Sá, filho de Francisco Moreira Carneiro, também conhecido por Francisco Moreira Carneiro Henriques, cavaleiro professo da Ordem de Cristo, fidalgo da Casa Real e Capitão-Mór de Minas Gerais, e de D. Eduarda Catarina Barreto Borges do Couto e Sá, de cujo matrimónio nasceu ainda Joaquim José Moreira de Sá, que foi Cônego Magistral da Colegiada de N.ª S.ª da Oliveira, de Guimarães, onde tomou assento em 8 de Novembro de 1781 e quem secretariou a *Academia* que em 20 de Maio de 1793 se realizou em Guimarães. (2)

Francisco Moreira Carneiro era legítimo descendente das famílias Moreira, Carneiro e Henriques;

(1) *Etnografia Portuguesa*, I, 146.

(2) Biografia escrita sobre dados amavelmente fornecidos pelo nosso ilustre camarada e distinto major de Engenharia, Sr. Fernando Moreira de Sá, do Porto.

e D. Eduarda, sua esposa, foi senhora do solar de Sá; o matrimónio realizou-se em 2 de Outubro de 1746.

Francisco Joaquim Moreira Carneiro Barreto Borges do Couto e Sá foi casado duas vezes: em primeiras núpcias, com D. Josefa Antónia de Meneses Vasconcelos Sottomayor Brandão, das casas de Grade, Outeiro, Calvos e da Quinta da Boavista, nos Arcos, falecida em 1800 e de quem houve um filho, de nome António Zeferino Moreira de Sá de Sottomayor e Meneses, nascido em 1769 e falecido em 1807, pouco tempo sobrevivendo a sua mãe. Este matrimónio com D. Josefa realizou-se em 8 de Julho de 1766, conforme a nota lavrada em Guimarães, no tabelião Bento de Sousa Guimarães, a fs. 141 v.º. Em segundas núpcias, com D. Ana Peregrina de Carvalho Pereira Pinto Coelho e Velho, das casas de Rovalde (Alentém), Idães e Capela (Sernande), que morreu em 1809. Este segundo matrimónio foi efectuado em 1 de Junho de 1801 e dele nasceu Miguel António Borges Carneiro Barreto e Couto Moreira de Sá, senhor da casa de Sá e continuador da tradição poética paterna, que casou com D. Maria Bebiana de Oliveira Dias de Carvalho, do couto de Landim, que faleceu em 1881. Este Miguel António, sendo, em 1828, oficial dum batalhão de constitucionais e liberal, como seu pai, emigrou para a Galiza com a destroçada Divisão de Sá da Bandeira e daqui embarcou para Inglaterra. Tendo regressado a Portugal, foi preso e encerrado no castelo de Guimarães, donde conseguiu evadir-se por uma janela e de novo emigrou para o Brasil, onde publicou uma *História de D. João VI*, desde o seu nascimento até à sua morte. Regressou ao continente em 1834, domiciliando-se em Lisboa, onde foi redactor do jornal *O Nacional*, e faleceu em 1836.

Francisco Joaquim, o nosso biografado, homem empreendedor e de vistas largas, foi quem fundou na Cascalheira, junto à Quinta de Sá, a primeira fábrica de papel de vegetais, com exclusão do trapo, que houve em Portugal e anexou-lhe uma fábrica de tinturaria. O alvará de concessão, precedido de consulta à Junta do Comércio, em 9 de Outubro de 1804, tem a data de 24 de Janeiro de 1805; a escritura da Sociedade foi lavrada em 28 de Abril de 1804.

Em 1809, por motivo da invasão francesa, ausentou-se para o Brasil onde compôs o poema épico em 5 cantos *A queda de Napoleão*, que já então previa e desejava, como bom patriota; dedicou-o ao Príncipe Regente. Em 1809 havia também escrito uma *Proclamação aos portugueses*, editada em Coimbra e da qual foi também julgado autor seu irmão, cónego Joaquim José Moreira de Sá. Pereira Caldas, porém, atribui a autoria a Francisco Joaquim, que foi fidalgo da Casa Real por Alvará régio arquivado na Câmara Municipal de Guimarães, L.^o do Reg. Geral n.^o 7, fls. 67, dignidade que o mesmo Alvará concede também a outro seu irmão, de nome José Severino Moreira Carneiro Borges de Sá.

Foi um dos dois *problemáticos* na *Academia* que, em 5 de Maio de 1793, como ficou descrito no lugar respectivo, se realizou em Guimarães, com notável esplendor.

Faleceu Francisco Joaquim em 22 de Fevereiro de 1832, devendo-se acrescentar aos seus títulos o de 1.^o Senhor do vínculo de Sá, desde 27 de Setembro de 1773 e de Senhor do praso do Outeiro (Tágilde) e da Capela de N.^a S.^a dos Remédios que lhe adveio de sua primeira esposa.

Houve outro Francisco Joaquim Moreira de Sá, cujo nome completo era Francisco Joaquim Brandão de Faria Moreira de Sá de Sottomayor e Meneses que foi Juiz de Direito e se não deve confundir com o primeiro porque ambos aparecem designados apenas por Francisco Joaquim Moreira de Sá. O doutor Francisco Joaquim era bisneto do biografado pelo seu primeiro casamento com D. Josefa Antónia, neto do filho deste, o já mencionado António Zeferino Moreira de Sá de Sottomayor e Meneses, de quem nasceu Valentim Brandão Moreira de Sá de Sottomayor e Meneses, pai do doutor Francisco Joaquim, senhor das casas de Funde-Vila e Freixal, fidalgo cavaleiro da Casa Real e que casou com D. Ana Rita de Faria e Silva de Meneses Mascarenhas. Matrimoniou-se o doutor Francisco Joaquim em 1851 com sua prima D. Eduarda Emília Borges Carneiro Moreira de Sá de Carvalho, nascida em 1823 e falecida em 1912, 1.^a filha do Miguel António que emi-

grou com a Divisão de Sá da Bandeira; deste enlace nasceu, em Guimarães, Bernardo Valentim Moreira de Sá, célebre violinista, concertista, escritor musical de larga erudição e professor da Escola Normal, cuja memória ficou perpetuada na inscrição lapidar aposta na casa onde viveu, em Guimarães, por iniciativa da Sociedade Martins Sarmento e inaugurada pela Câmara Municipal de Guimarães em 1937.

A tradição poética da família, perpetuou-se através de Miguel António, como já acima ficou escrito, e de sua 2.^a filha D. Ana Amália Borges Carneiro Barreto e Couto Moreira de Sá e Melo, nascida em 28 de Outubro de 1825 e falecida em 3 de Abril de 1899, a «Poetisa do Vizela», autora do torneio «*A Rosa Branca e a Rosa Encarnada*» (1849) e do livro de versos *Murmúrios do Vizela* (1861).

A família Moreira de Sá tinha em Guimarães duas moradias, uma na rua da Tulha, onde nasceu o violinista Bernardo Valentim e outra, brasonada, na rua de Camões, onde este também viveu e viveram antepassados seus. Afigura-se-nos não ser possível, hoje, esclarecer qual das duas seria aquela em que, em 1776, residia Francisco Joaquim e se devia realizar a *Academia* do Códice 7.

Inclinamo-nos para que seria a da rua de Camões por ser mais espaçosa e, por isso, mais apropriada ao fim em vista.

Francisco Joaquim Moreira de Sá, que devia secretariar aquela *Academia*, compôs para ela diversas poesias. Além do Soneto, com que dedica a *Academia* ao D. Prior de Guimarães, concorreu com: *Estâncias irregulares para abrir a Academia*; um *Epitalâmio*; um *Soneto* subordinado ao mote — *Hoje os laços de Amor a glória tece*; e uma *Ode*, destinada a fechar a *Academia*.

Além do seu valor intelectual, devia ser pessoa de grande valimento na Corte, a julgar pela maneira rápida e triunfante como ali, em Dezembro de 1781, contra o Cabido da Colegiada, venceu as dificuldades e oposições levantadas à admissão, na mesma Colegiada, de seu irmão Joaquim José Moreira de Sá.

P.^o INÁCIO CARVALHO DA CUNHA

Os esforços empregados para realizar uma condigna biografia deste sacerdote foram inúteis até agora. Limitamo-nos, por isso, ao que consta, a seu respeito, do *Boletim de Trabalhos Históricos* ⁽¹⁾.

«O Dr. Inácio Carvalho da Cunha, natural da cidade de Braga, freguesia da Sé, filho legítimo de António Carvalho da Cunha, natural da freguesia de S. Mamede de Basto, e de Angélica de Az.^o da cidade de Braga, nele renunciou o sobredito por coadjutoria em que tomou posse a 13 de Abril de 1738. Faleceu em 15 de Março de 1782, pelas 3 horas da tarde.» Foi arcepreste de Guimarães e irmão do Dr. José Carvalho da Cunha, presbítero natural de Braga, formado em Cânones, que entrou para a Colegiada de Guimarães em 1 de Novembro de 1723, como arcediogo de Vila Cova ⁽²⁾.

O Dr. Inácio era parente do P.^o José de Carvalho e Araújo, arcepreste na Colegiada e que nele renunciou.

Era poeta e concorreu à Academia do Códice 7 com dois sonetos, um dos quais glosando o mote já referido e com quatro décimas para glosar a quadra

Digna esposa Amor te entrega
Da-te o rei titulo honroso;
O rei e amor competiram
Nos seus dons, feliz esposo.

Fez parte da *Academia dos Problematicos*, instituída por Tadeu Camões, tendo tomado parte no certâmen narrado no Livro *Guimarães Agradecido*.

(Continua)

(1) Do Arquivo Municipal de Guimarães, vol. VII n.^o 3, pág. 107, obtido por mercê do Sr. Coronel Mário Cardozo.

(2) Boletim referido, pág. 110.